

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

 $Av.\ General\ Carlos\ Cavalcanti,\ 4748\ -\ Bairro\ Uvaranas\ -\ CEP\ 84030-900\ -\ Ponta\ Grossa\ -\ PR\ -\ https://uepg.br$

RESOLUÇÃO CEPE - № 2023.12

Aprova Novo Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 09 de fevereiro de $2\,0\,2\,3$, considerando os termos do expediente protocolado sob nº 22.000052950-5, de 20.07.2022, que foi analisado pelas Câmaras de Graduação e de Extensão, através do Parecer deste Conselho sob nº 2023.13, aprovou e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Novo Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mottin Demiate**, **Vicereitor**, em 13/02/2023, às 16:34, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.uepg.br/autenticidade informando o código verificador **1308275** e o código CRC **0C741DD8**.

22.000052950-5 1308275v2



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 1 DE 74

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Bacharelado em Enfermagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) foi norteado pela Diretriz Curricular Nacional (DCN) vigente¹ (Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001), bem como pela RESOLUÇÃO Nº 573, DE 31 DE JANEIRO DE 2018 com Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem².

Para a elaboração deste no PPC, utilizou-se também a avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), por meio do relatório de autoavaliação do curso de enfermagem de 2013³.

Segundo Art. 4, da DCN, o Projeto Pedagógico de Curso deverá ser construído em torno dos seguintes eixos norteadores, a saber: I - Atenção à saúde; II - Tomada de decisões; III - Comunicação; IV - Liderança; V - Administração e gerenciamento; VI - Educação permanente.

Salienta-se que o Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde - Resolução nº. 573, de 31 de janeiro de 20182 estando em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEPG e a Resolução CEPE nº. 2020.6, de 17 de março de 2020, aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na UEPG⁴.

Portanto, para construir um PPC que possa nortear a formação dos profissionais enfermeiros é preciso considerar o contexto histórico da sociedade: tanto as estruturas internas, como política e pedagógica da Universidade, e externas, como as macropolíticas econômicas e sociais. A reforma curricular do curso busca melhorias a fim de formar enfermeiros para atuarem na sociedade com cientificidade, ética, respeito ao ser humano e o saber cuidar baseado em teorias próprias da profissão, com referenciais teóricos dos campos da educação, da saúde pública e coletiva, teorias sociais e políticas públicas que possam nortear e fundamentar os princípios e diretrizes proposta neste PPC, utilizando técnicas que visem a qualidade e segurança, assegurando a integralidade da atenção assistencial e a humanização no atendimento.

Segundo a DCN vigente o Curso de Graduação em Enfermagem terá carga horária mínima de 4.000 (quatro mil) horas relógio e duração mínima de 5 anos letivos, respeitando a legislação vigente, e desenvolvida na modalidade presencial.

1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida

¹ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de Novembro de 2001. Seção 1, p. 37. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf.

² BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. RESOLUÇÃO Nº 573, DE 31 DE JANEIRO DE 2018. Aprovar o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem. Diário Oficial da União, nº 213, seção 1, 06/11/2018, páginas 38 a 42. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf.

³ UEPG. Comissão Própria de Avaliação (CPA). Relatório de autoavaliação do curso de Enfermagem. Ponta Grossa, 2013. Disponível em: https://www2.uepg.br/propan/wpcontent/uploads/sites/145/2020/10/Bacharelado-em-Enfermagem-%e2%80%93-2013-1.pdf.

⁴ UEPG. Resolução CEPE nº. 2020.6, de 17 de março de 2020, aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na UEPG. Ponta Grossa, 2020. Disponível em: https://pitangui.uepg.br/secrei/cepe/Manual_legislacao/Extensao/Resol%20CEPE%202020%20 6.pdf.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 2 DE 74

pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

1.2 Endereço

Página: https://www.uepg.br/

Fone: (42) 3220-3000

Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa -

Paraná

Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná

1.3 Perfil e Missão da IES

A UEPG enquanto Instituição de Ensino Superior do complexo educacional do Estado do Paraná, autarquia de direito público e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste, de modo geral, em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito do ensino da Graduação e da Pós-Graduação, a pesquisa e a extensão, visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana. Tem por fim produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, da produção de conhecimento e cultura e da reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática. O princípio fundamental da UEPG se expressa em seu Estatuto da seguinte forma: respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais, proscrevendo os tratamentos desiguais por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceitos de classe, gênero, etnia ou nacionalidade e de raca. (Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional UEPG 2018-2022).

Deste modo, a Universidade está comprometida com a educação integral do estudante, preparando-o para: — Exercer profissões de nível superior; — Praticar e desenvolver ciência; — Valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais; — Exercer a cidadania; — Refletir criticamente sobre a sociedade em que vive; Participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais; — Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade; — Lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia; — Contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

Em 01 de setembro de 2022, o professor Miguel Sanches Neto assumiu a gestão da Universidade Estadual de Ponta Grossa como reitor pelo segundo mandato consecutivo. Miguel e o vice-reitor, Ivo Mottin Demiate, conduzem a instituição até 2026, com o compromisso de fortalecer o processo de modernização iniciado durante a gestão 2018-2022.

1.4 Dados Socioeconômicos da Região

O município de Ponta Grossa caracteriza-se como o principal município da região dos Campos Gerais e é a quarta maior cidade do estado, com aproximadamente 358.838 habitantes⁵. A região dos Campos Gerais apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,763, semelhante à média do estado do Paraná (IDH = 0,749).

Ponta Grossa é sede da 3ª Regional de Saúde, referência em saúde para aproximadamente 564.453 habitantes que a compõem, totalizando 12 municípios em sua área de abrangência. A Rede de Atenção à Saúde de Ponta Grossa conta com

⁵ BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 3 DE 74

estabelecimentos de saúde nos níveis de atenção primária, secundária e terciária. Na atenção primária à saúde, a cobertura pela Estratégia Saúde da Família é de 75,53%.

Já a atenção secundária é representada por centros de atendimento materno-infantil, três ambulatórios de especialidades (dois municipais, sendo um de especialidades pediátricas, e o terceiro dentro do Hospital Universitário), além de um centro de especialidades odontológicas e um centro de testagem e aconselhamento/serviço de assistência especializada para infecções sexualmente transmissíveis e doenças infectocontagiosas.

1.5 Breve Histórico da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) está localizada na região Centro-Sul do estado e abrange 22 municípios em sua área de influência. Criada por meio da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970, é uma das mais importantes instituições de ensino superior do Paraná, tendo resultado da incorporação das faculdades estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente.

A ÚEPG, em 2022, conta com seis setores de atuação e 44 cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento. A Universidade possui 936 professores, dos quais 666 são professores efetivos (526 doutorado, 127 mestrado, quatro graduação, seis especialização e três livre-docência) e 270 professores colaboradores (151 doutorado, 101 mestrado, quatro graduação e 14 especialização). Em relação a servidores, conta com 592 técnicos administrativos efetivos, sendo 13 em vínculo temporário e 60 servidores ligados à Universidade Aberta do Brasil (UAB), além de 7.928 alunos na modalidade presencial e 1.344 alunos no ensino a distância.

Desde 2004, a Instituição integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com a participação dos cursos de graduação a cada ano, conforme estabelecido nos ciclos avaliativos. A UEPG tem angariado cada vez mais visibilidade no âmbito nacional e internacional; de acordo com os resultados expressos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) realizado em 2020, Agronomia, Farmácia e Engenharia Civil alcançaram conceito 5 e Odontologia, Zootecnia, Engenharia de Alimentos, Enfermagem, Educação Física (Bacharelado) e Medicina obtiveram o conceito 4.

Quanto ao Índice Geral de Cursos (IGC), que avalia a qualidade do ensino superior no país, a Universidade está entre as 11 melhores universidades estaduais do Brasil, sendo seu desempenho resultado da avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC). O índice também avaliou a UEPG com nota 4, além de colocar a Instituição entre as 17 melhores do Paraná, no comparativo com as universidades, faculdades e centros universitários públicos e privados.

2. DADOS SOBRE O CURSO

2.1 Nome do Curso: Bacharelado em Enfermaç	gem
2.2 Habilitação/Grau: (x) Bacharelado () Licenciatura ()Tecnólogo	

(x) Presencial () Educação a Distância

2.4 Local de funcionamento do Curso: Campus Uvaranas

2.5 Turno de	Funcionamento
() Matutino	() Vespertino
x) Integral	() Noturno

2.3 Modalidade de Ensino:



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 4 DE 74

2.6 Carga Horária do Curso

	Carga Horária
Formação Básica Geral*	908
Formação Específica Profissional*	1.542
Diversificação e Aprofundamento	204
Estágio Curricular Supervisionado	1.445
Extensão como componente curricular **	491
Atividades Complementares	210
Carga Horária Total do Curso	4.800

^{*}Há disciplinas que tem parte de sua carga horária (CH) destinada à Extensão. Deste modo, a CH da extensão foi descontada deste grupo. O detalhamento da distribuição está descrito nos itens 5.2 e 5.3.

2.7 Tempo de duração do Curso:

Mínima: 5 anos Máximo: 7 anos

2.8 Ano da Primeira Oferta: 2023

2.9 Atos Legais:

Criação: Resolução UNIV 02, de 05 de dezembro de 2001

Reconhecimento: Decreto Estadual nº 6.067 de 31.01.06, Diário Oficial do Estado do

Paraná de 31 de janeiro de 2006

Renovação de reconhecimento: Portaria nº 048/21- SETI, publicado no Diário Oficial do

Estado do Paraná nº 10915, de 15 de abril de 2021

2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

Campus universitário: Uvaranas

Setor: Ciências Biológicas e da Saúde

Departamento: Enfermagem

Contato: 3220 3735 e-mail: denf@uepg.com / colenf@uepg.br

2.10 Número de Vagas Ofertadas

Total:	40
--------	----

2.11 Conceitos do Curso

Conceito Preliminar de Curso (CPC)	2020	4
Conceito ENADE*	2019	4

^{*}Conforme documento de CONCEITO ENADE – CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UEPG divulgado pela Diretoria de Avaliação Institucional no site da Proplan, não ocorreu avaliação do Curso em 2020, devido a não aplicação do Enade por causa da Pandemia da COVID-19, e no ano de 2021, o Curso não foi avaliado. Disponível em: https://www2.uepg.br/proplan/wpcontent/uploads/sites/145/2022/10/Conceito-ENADE_2017_2022.pdf

2.12 Percentual candidato/vaga Vestibular e Processo Seletivo Seriado (PSS)

ANO	TURNO	JRNO VAGAS Nº DE INSCRIÇÕES CANDIDATO/VAGA						GA
			Inverno	Verão	PSS	Inverno	Verão	PSS
2019	Integral	40	311	301	209	20,73	20,10	20,60
2020	Integral	40	219		220	7,3	0	22,00
2021	integral	40	197	268	153	13,13	17,87	15,30

^{**} Detalhamento da conformação da CH de extensão está descrita na tabela 5.7.1.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 5 DE 74

2.13 Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome do coordenado	Nome do coordenador do curso: Ana Luzia Rodrigues					
Titulação: Doutor						
Portaria de designaç	ão: Portaria R. nº 2022.52	2				
Formação Acadêmic	a: Enfermagem					
Graduação	Enfermagem e Obstetrío	cia, Universidade Federal do Paraná, 1988				
Pós-Graduação	Doutorado em Tecnolo do Paraná, 2020	gia em Saúde, Pontifícia Universidade Católica				
Carga Horária s coordenação do curs	emanal dedicada à	20				
Regime de trabalh curso	o do coordenador do	TIDE				
Tempo de exercício i	na IES	9 anos				
Tempo na função de	coordenador do curso	10 meses				

2.14 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	· Infiliacan -		Ato oficial de nomeação
Ana Luzia Rodrigues	Doutor	TIDE	
Ana Paula Xavier Ravelli	Doutor	TIDE	
Danielle Bordin	Doutor	TIDE	Portaria Setorial SEBISA
Jacy Aurélia Sousa	Doutor	TIDE	nº 41, 24.05.2022
José Carlos Rebuglio Vellosa	Doutor	TIDE	11° 41, 24.05.2022
Maria Marce Moliani	Doutor	TIDE	
Sandra Maria Bastos Pires	Doutor	TIDE	

2.15 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
Ana Luzia Rodrigues	Doutor	TIDE	
Ana Paula Xavier Ravelli	Doutor	TIDE	Portaria Setorial SEBISA nº 29,
Carla Luiza da Silva	Doutor	TIDE	02.05.2022
Danielle Bordin	Doutor	TIDE	02.03.2022
Maria Marce Moliani	Doutor	TIDE	

2.16 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados

Enfermagem – 4 anos de duração

Ingresso (Quantita efetivam	ativo de alunos ente matricula	alunos e	Quantitativo de fetivamente nados)	
Ano de Ingresso	Nº de Vagas ofertadas	Nº de alunos ingressantes	Ano de formação	Nº de alunos concluintes
2012	40	40	2015	32
2013	40	39	2016	25



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 6 DE 74

Mudança de currículo: a partir de 2014 passou a vigorar o Novo Projeto Pedagógico do curso de Enfermagem, o qual alterou a duração do curso para 5 anos, conforme Resolução CEPE nº 007 de 25 de março de 2013.

Enfermagem – 5 anos de duração

Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)			Formação (Quantitativo de alunos efetivamen formados)			
Ano de Ingresso	Nº de Vagas ofertadas	Nº de alunos ingressantes	Ano de Nº de alunos ingressant formação concluintes (porcentagem últimos 5 ar			
2014	40	39	2018	18	46,15	
2015	40	40	2019	35	87,5	
2016	40	40	2020	30	75,00	
2017	40	40	2021	28	70,00	
2018	40	40	2022			

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Apresentação do Curso

O curso de Enfermagem da UEPG iniciou em 2002, com a oferta de 40 vagas no primeiro vestibular. Sediado inicialmente no Departamento de Biologia Geral, ganhou sua própria coordenação com a criação do Departamento de Enfermagem e Saúde Pública, no ano de 2007.

Hoje, com vinte anos de atividades, o curso conquistou o DENF – Departamento de Enfermagem - e está entre os cursos mais procurados dos últimos vestibulares da instituição, totaliza 187 alunos em cinco turmas e já graduou centenas de enfermeiros. Com aulas em período integral e duração de 5 anos, o corpo docente integra 33 professores, dos quais, 24 são enfermeiros.

As ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo curso de Enfermagem da UEPG visam, exatamente, a melhor capacitação técnico científica e humana dos acadêmicos da área, para que estejam preparados para enfrentar os desafios do exercício da profissão.

A política de crescimento fomentada pela Universidade pauta-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), documentos com versão em vigência 2018-2022, além da potencialização do tripé ensino, pesquisa e extensão, com forte presença da pós-graduação. Portanto, a Instituição está engajada a alcançar nível de excelência no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão, de modo a ser cada vez mais reconhecida em nível nacional e internacional pela sua qualidade acadêmica.

3.2 Justificativa

A presente reformulação do Projeto Político Pedagógico - PPC do curso de bacharelado em Enfermagem da UEPG, visa adequar-se às mudanças da profissão, bem como atender a lei do exercício profissional, as legislações e resoluções da profissão, da ANVISA, e as novas demandas da UEPG, como a curricularização da extensão universitária.

Desde sua criação em 02/12/2001, curso de Bacharelado em Enfermagem preza pela formação integral, com competência técnica e conhecimento científico para o exercício profissional, mas ancorado na realidade social, marcado por transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e também epidemiológicas. O que demanda dos egressos



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 7 DE 74

capacidade de adaptação à essa complexidade social e compromisso com a humanização do cuidar.

A reformulação curricular aqui apresentada, foi elaborada pelo coletivo de professores; tanto os que compõem o Núcleo Docente Estruturante - NDE, como também a participação dos professores que ministram aulas no curso de Bacharelado em Enfermagem. Ao longo dos quatro anos, o NDE realizou entre seus membros uma série de reuniões para discutir os princípios formativos do curso; bem como, rever junto aos professores do curso, a adequação da grade curricular; estudar o perfil do ingresso e do egresso, a integralidade dos conteúdos, bem como buscar atualização teórica sobre a formação em saúde de modo geral e na enfermagem especificamente.

Assim, o presente PPC é resultado do trabalho colaborativo e cooperativo entre seus professores, que atuam no ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas da saúde e que tem um trabalho já consolidado e comprometido com o curso de Enfermagem. Esse coletivo construiu assim o presente documento, apontando caminhos para entidades representativas da profissão em enfermagem; dos teóricos e estudiosos em formação em saúde; das demandas colocadas pelo sistema de saúde vigente no país e do compromisso em formar profissionais autônomos e competentes.

O curso de Bacharelado em Enfermagem visa atender às necessidades do mercado de trabalho, especialmente da região dos Campos Gerais e se propõe a manter o compromisso com a consolidação e excelência do SUS, uma vez que mantém como princípios formativos a promoção, proteção e recuperação da saúde e também a atenção aos usuários de serviços privados.

A cidade de Ponta Grossa é historicamente o polo central da região dos Campos Gerais, apresentando-se como a cidade com melhor infraestrutura em saúde da região, com desenvolvimento cada vez maior da rede de atendimentos de média e alta complexidade e a crescente demanda de atendimentos primários em saúde, o que salienta a importância do curso de Enfermagem para a atuação na região dos Campos Gerais.

A cidade de Ponta Grossa conta com uma população de aproximadamente 360.000 habitantes, mas ao considerar a microrregião dos Campos Gerais, essa população salta para aproximadamente 750.000 habitantes. A cidade conta com 59 Unidades Básicas de Saúde, 02 Unidades de Pronto Atendimento, 06 hospitais gerais públicos e privados e ainda se destaca com a rede de atendimento secundário e terciário. O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais - Wallace Tadeu de Melo, ligado à UEPG, torna-se cada vez mais centro de referência no atendimento à população que engloba os municípios dos Campos Gerais.

Os aspectos geopolíticos da atualidade apresentam contrastes significativos em um país de grandes desigualdades sociais como o Brasil e essa realidade pode ser verificada no âmbito regional no qual está inserido o referido curso, demandando uma formação integral.

Alinhado aos objetivos da UEPG, o curso de Bacharelado em Enfermagem, busca a excelência formativa que permita uma atuação competente no sistema de saúde, mas que também propicie ao egresso capacidade crítica e formação intelectual para a continuidade formativa, seja de atualização profissional, seja para o trabalho de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. É preciso notar também, que por fazer parte da rede de uma IES de caráter público, o curso de Enfermagem da UEPG impacta positivamente a região no aspecto econômico e social.

O conhecimento técnico científico, bem como a formação humanística, deve capacitar o profissional para uma atuação cidadã com benefício à sociedade, através da interação social e do compromisso com o bem-estar da população. Salienta-se que o curso em questão, anualmente, insere novos estudantes à formação acadêmica, bem como oferece a comunidade local e regional, os novos enfermeiros, abrangendo toda região dos Campos Gerais, e isso promove o crescimento a toda população, com atuação profissional nas diversas entidades assistenciais.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 8 DE 74

Portanto, o curso de Bacharelado em Enfermagem, que desde 2002 forma profissionais enfermeiros pela UEPG ao mercado de trabalho, demonstra neste Projeto Pedagógico de Curso, seu compromisso na formação dos novos enfermeiros, tendo seu comprometimento social, econômico e de saúde no cenário local, regional e estadual.

3.3 Objetivos

Os objetivos do curso de Bacharelado em Enfermagem estão baseados na DCN vigente:

- I Enfermeiro com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos;
- II Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicosociais dos seus determinantes:
- III Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Para atingir este objetivo, o curso está se estruturando, pensando na integração entre formação acadêmica, trabalho extensionista e vivência prática em todos os anos da graduação. A metodologia de aprendizagem propõe práticas inovadoras em suas disciplinas e vai além das metodologias ativas, centradas exclusivamente nas disciplinas, nas quais o estudante é estimulado a ser o protagonista em seu processo de aprendizado. Contudo, o presente PPC foi organizado de maneira que as disciplinas sejam significativas na formação do enfermeiro, tendo sua carga horária do curso dissipada com ações junto à comunidade, com disciplinas arraigadas as práticas extensionistas, bem como as atividades práticas, ou seja, atuações práticas em diversos cenários, nas quais os estudantes são estimulados a resolver problemas, propondo soluções e novos métodos de abordagem sem descuidar dos princípios científicos e técnicos da atuação.

Além disso, os professores cujas disciplinas compreendem parte de sua carga horária como atividade extensionistas, serão estimulados a atuarem conjuntamente por série, no qual os estudantes poderão atuar na extensão, compreendendo sua importância social, mas também utilizando e aprimorando o conhecimento acadêmico de forma interdisciplinar.

Objetivos específicos

- Atuar de forma interdisciplinar e cooperativa, primando pelo comportamento ético, humano e solidário; respeitando a técnica, a ciência e os princípios norteadores da profissão;
- Desenvolver ações de promoção, proteção e educação para a saúde, tanto em nível individual quanto no coletivo;
- Observar os padrões de saúde e doença, identificando os condicionantes de adoecimento individual e coletivos através de pressupostos clínicos e epidemiológicos;
- Prestar os cuidados de enfermagem compatíveis com as características individuais e/ou coletivas;
- Gerenciar e administrar as atividades de enfermagem em todos os âmbitos de trabalho;
- Desenvolver e implementar programas de educação para a saúde atendendo às necessidades epidemiológicas e respeitando as características sócio culturais da população;
- Observar as diretrizes e protocolos de atendimento e responsabilizar-se pelo resultado de seu trabalho e de sua equipe;
 - Desenvolver, estimular e participar de programas de educação continuada;
- Manter-se qualificado através de estudos e participação em eventos científicos da área;



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 9 DE 74

- Comprometer-se com a implantação plena do SUS em todos os níveis; defender os seus princípios e atender aos seus programas. Ter uma ação cidadã em relação à saúde e estimular os usuários do SUS a manterem a mesma atitude, defendendo a saúde pública universal e integral.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

As competências e habilidades que deverá ter o enfermeiro estão baseadas na DCN vigente e resoluções do COFEN, que direcionam a constituição do perfil profissional do enfermeiro, estão em consonância com as perspectivas e abordagens contemporâneas da educação e do exercício profissional em Enfermagem, compatíveis com referenciais constitucionais, internacionais e princípios fundantes à sua formação.

3.5 Campos de Atuação

O acadêmico do curso de Bacharelado em Enfermagem estará apto para atuação nas atividades práticas, práticas extensionistas e no estágio supervisionado em: Unidades Básicas de Saúde compreendendo as diferentes conformações vigentes; Ambulatórios Especializados; Centros de Atenção à Saúde; Hospitais Públicos e Privados; Serviços de Urgência e Emergência; e demais espaços que compreende as redes de atenção à saúde.

A formação do futuro enfermeiro precisa possibilitar diversos cenários de prática simuladas ou reais visando o crescimento do futuro profissional durante sua formação acadêmica para assim, posteriormente, se tornarem egresso inseridos no mercado de trabalho com proatividade, humanísticos, com tomada de decisão e principalmente, exercendo o cuidado de enfermagem nas diversas frentes de atuação conforme a Lei do exercício profissional e resoluções que normatizam as áreas de cuidado.

3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

O Departamento de Enfermagem (DENF) realiza atividades na graduação, pósgraduação e nas residências uni e multiprofissionais, assim como realiza atividades de extensão e pesquisa. Suas ações de extensão e pesquisa foram ampliadas nos últimos anos, com cinco novos projetos de extensão com participação de 16 docentes; oito novos projetos de pesquisa; e 14 projetos em andamento com 37 docentes envolvidos; além da participação em diversos eventos de extensão promovidos pelo departamento, como a Semana de Enfermagem, e em eventos que atendem às demandas da sociedade, como a Expo e Flor, Dia do Idoso, Fórum Multidisciplinar em Saúde do Idoso, entre outros.

Destaca-se o aumento expressivo de alunos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - BIC) e Programa Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC). Ainda, no tocante ao crescimento do envolvimento dos docentes com trabalhos de pesquisa e extensão, o DENF incentiva e apoia a qualificação do corpo docente.

Além da formação de docentes, todos os anos é realizada a Semana de Enfermagem, com a oferta de palestras com profissionais e pesquisadores de renome da área, como também de minicursos visando ao aprofundamento da aprendizagem de profissionais e acadêmicos do curso.

Ademais, os docentes do DENF têm realizado pesquisas voltadas à prática nos vários campos do conhecimento, contribuindo para a Enfermagem e oportunizando outros horizontes e prática clínica aos enfermeiros de outras regiões, tornando a UEPG destaque no ensino, pesquisa e extensão e no cuidado de pessoas em diversas especialidades. Nos últimos anos, os docentes da Enfermagem também têm propiciado a implementação e implantação de diversos programas de residência no Hospital Universitário, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e Hospital Santa Casa de Ponta Grossa.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 10 DE 74

Embora a UEPG apresente um Programa de Mobilidade Estudantil Internacional com Instituições de Ensino Superior, de Pesquisa e Empresas estrangeiras, o curso de Bacharelado em Enfermagem ainda não está alinhado ao programa.

Projetos estão sendo discutido e desenvolvidos considerando que há um forte interesse do curso em participar do referido programa.

3.8 Extensão como Componente Curricular

Frente a importante necessidade de relação da extensão como Componente Curricular com o perfil do profissional a ser formado, o qual segue as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Enfermagem, bem como, o compromisso com o desenvolvimento social da região, denota a importância da integralização ensino-pesquisa-extensão.

Neste viés, e com vistas a cumprir com a regulamentação vigente no qual direciona que, a ação extensionista deve compor no mínimo, 10% (dez porcento) da carga horária total do curso. Assim, o curso de Enfermagem terá a Extensão como componente curricular realizada através das disciplinas com carga horária exclusivamente de extensão, de 51 horas cada, a saber: Educação, saúde e extensão; Práticas extensionistas I; Práticas extensionistas II; Práticas extensionistas III, perfazendo um total de 204h.

Ainda, contabilizará no currículo disciplinas que terão arcabouço teórico e com parte da carga horária destinada à extensão, a saber: Enfermagem como Prática Social; Fundamentos do Cuidado de Enfermagem II; Raciocínio Clínico; Sociologia Aplicada a Enfermagem; Diretrizes para o cuidado em Saúde; Semiologia e Semiotécnica II; Prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde e Resistência microbiana; Gerenciamento do uso de Antimicrobiano; Enfermagem em Saúde mental; Enfermagem em Saúde do Idoso; Enfermagem em saúde do adulto; Estudos de eventos em saúde II; Enfermagem em Saúde da Mulher II; Cuidado de Enfermagem ao Paciente Crítico; Enfermagem na Saúde Neonatal, criança e adolescente II, perfazendo um total de 287 horas.

A carga horária final de extensão contemplada em disciplinas do curso de Enfermagem será de 491 horas. Ainda, os acadêmicos poderão realizar atividades extensionistas em projetos, programas e demais atividades computando sua carga horária em atividades complementares.

As atividades extensionistas às quais os acadêmicos serão vinculados, deverão atender a Resolução CEPE nº 6/20203. A organização e funcionamento da disciplina deverá ter dinâmica própria e ser acompanhada pelo colegiado de curso e o Núcleo Docente Estruturante.

A operacionalização e adequação para comprovação de carga horária de atividades extensionistas, conforme a Resolução n. 07 de 18 de dezembro de 2018 do MEC⁶, e demais regulamentações da Universidade Estadual de Ponta Grossa⁷.

3.9 Flexibilização Curricular

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem prevê a possibilidade que o acadêmico trace seu próprio percurso formativo, a partir das disciplinas de diversificação. Respeitando o a resolução CEPE Nº 104, de 02 de junho de 2009, que aprova o regulamento de disciplinas de diversificação e aprofundamento aos cursos de graduação presenciais da UEPG.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 07 de 18 de Dezembro de 2018 do MEC. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf

SEI 22.000052950-5 / pg. 11

⁷ UEPG. Curricularização da Extensão dos Cursos de Graduação da UEPG: apontamentos e orientações. Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais; Pró-reitoria de Graduação, 2021. Disponível em: https://www2.uepg.br/prograd/wpcontent/uploads/sites/19/2021/07/CURRICULARIZACao-DAEXTENSAO.pdf



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 11 DE 74

As disciplinas de diversificação e aprofundamento contemplarão o ingresso de acadêmicos de várias séries do curso, o que amplia e flexibiliza a oferta. São elas: Suporte Básico de Vida; Análise de Dados de Pesquisa em Enfermagem; Carreira, Empreendedorismo e Mercado de trabalho em Enfermagem; Gerenciamento de Feridas pelo Enfermeiro; Tópicos Especiais em Saúde do Idoso; Tópicos Especiais em Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica; Enfermagem Forense; Estética em Enfermagem; Interpretação de Exames Laboratoriais; Sexualidade Humana e Educação; Biologia Celular e Molecular; Desenvolvimento dos Sistemas Corporais; Libras; Educação, Comunicação e Tecnologias. Cada acadêmico deverá integralizar a carga horária de 204 horas durante a primeira série à quarta série do curso, respeitando a disponibilidade de horário e carga horária máxima semanal de 40 horas.

Ainda se destaca que tais disciplinas poderão ser ofertadas em modalidade à distância, bem como em modalidade presencial, desde que aprovado no Colegiado de Curso de Enfermagem. As disciplinas poderão ser ofertadas em horário noturno. Acadêmicos de outros cursos poderão cursar algumas disciplinas sinalizadas em seu plano de ensino se requererem via SEI sua matrícula e ter a aprovação do Colegiado.

3.10 Atendimento aos Temas Transversais

Segundo a DCN, tem como conteúdos essenciais, temas para o Curso de Enfermagem relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Entende-se que este item engloba conteúdos relativos à educação ambiental e sustentabilidade; ética e bioética; relações étnico-raciais e de gênero, entre outras; direitos humanos e cidadania, empreendedorismo; tecnologias de informação e comunicação (TICs); línguas estrangeiras e LIBRAS.

Com vistas ao cumprimento da DNC, o projeto propõe as seguintes disciplinas: Estudos de eventos em saúde I e II (vide ementa e referencial teórico) - abordará temas acerca da educação ambiental e sustentabilidade; Ética e bioética e segurança do paciente - contemplará os temas ética e bioética; Carreira, Empreendedorismo e Mercado de trabalho em Enfermagem - contemplará o tema empreendedorismo; Educação, Comunicação e Tecnologias abordará o tema tecnologias de informação e comunicação (TICs); Inglês instrumental - abordará línguas estrangeiras; e Libras - contemplará a Língua Brasileira de Sinais, para a comunicação entre deficientes auditivos e outras pessoas.

Os temas relações étnico-raciais e de gênero, entre outras; direitos humanos e cidadania drogas, serão abordados nas disciplinas: Enfermagem como prática social; Sociologia aplicada à Enfermagem; Diretrizes para o cuidado em saúde; Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica; Práticas extensionistas I, II e III, entre outras.

Ademais, vale destacar, que os temas transversais serão pautados na integralidade do conhecimento e na interdisciplinaridade durante todo o curso de Enfermagem e também serão objeto de estudo nos Trabalhos de Conclusão de Curso, além de Estágio Supervisionado e práticas profissionais.

Vale contemplar também que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, emitiu em 2021 um documento intitulado: "Proposta de competências para prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência em saúde (IRAS) a serem incluídas na matriz curricular nacional para cursos de formação técnica e de graduação na área da saúde". Visando a atender essa recomendação da ANVISA, sobre Prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde e Resistência microbiana.

4. AVALIAÇÃO

.

⁸ BRASIL. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Proposta de competências para prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência em saúde (IRAS) a serem incluídas na matriz curricular nacional para cursos de formação técnica e de graduação na área da saúde. Ministério da Saúde. Brasília, 2021.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 12 DE 74

4.1 Avaliação do Curso

O Curso de Enfermagem da UEPG em 2020 recebeu o conceito preliminar de 4. Conforme o Conceito Enade – Cursos de Graduação da UEPG, a Enfermagem possui um conceito 4 a qual foi divulgada em 2019 e encontra-se disponível na página9 da Pró Reitoria de Planejamento.

4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição

Conforme a DCN, "deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence".

Desta forma, a avaliação do curso de Bacharelado em Enfermagem seguirá o sistema de avaliação do rendimento acadêmico aprovado pela UEPG.

Segue o descrito no Estatuto e Regimento Geral da UEPG, Seção II, III e IV10 e a Resolução UNIV nº 012, de 22 de junho de 2017¹¹.

SEÇÃO II

Da Avaliação do Rendimento Escolar

- Art. 59. A avaliação do rendimento escolar tem por finalidade acompanhar o progresso do acadêmico no domínio das competências exigidas para o curso que está realizando, tendo em vista a adequada formação científica e profissional, a promoção por série e a integralização curricular, compreendendo:
 - a) a verificação da aprendizagem; e,
 - b) a apuração da frequência.
- § 1º A avaliação do rendimento escolar deverá ser um processo contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo sobre um eventual exame final.
- § 2º A verificação da aprendizagem do acadêmico será de responsabilidade do professor da disciplina e incidirá sobre todas as atividades curriculares, compreendendo instrumentos como provas orais, escritas e práticas, exercícios de aplicação, pesquisas, trabalhos práticos, excursões, estágios e outros previstos no respectivo sistema de avaliação da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso.
- § 3º A frequência mínima exigida, para fins de aprovação, é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina em que o aluno estiver matriculado, cabendo ao professor o registro da presença do acadêmico e à Chefia do Departamento a fiscalização dessa atividade docente, sendo vedado o abono de faltas, ressalvadas as determinações legais.
- § 4º Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação a distância poderão definir sistema de avaliação e regime de dependência diferenciados dos demais cursos.

SECÃO III

Da Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar

Art. 60. O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal, sendo que seu registro será feito ao final de cada semestre para as

⁹ Disponível em: https://www2.uepg.br/proplan/wp-content/uploads/sites/145/2022/10/ConceitoENADE_2017_2022.pdf

¹⁰ UEPG. Estatuto e Regimento Geral da UEPG. Secretaria Geral dos Conselhos Superiores e da Reitoria, abril de 2022. Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Seção II, III e IV https://www2.uepg.br/segecon/wpcontent/uploads/sites/245/2022/05/Estatuto-e-Regimento- 2022- internet.pdf

11 UEPG. RESOLUÇÃO UNIV No 012, DE 22 DE JUNHO DE 2017. Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual de

Ponta Grossa, no que se refere à Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar. Secretaria Geral dos Conselhos Superiores e da Reitoria, julho de 2017. https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/documentos/1122017-06-2224.pdf



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 13 DE 74

disciplinas anuais e ao final de cada bimestre para as disciplinas semestrais.

- § 1º A nota a que se refere o caput deste artigo deverá resultar de mais de uma verificação parcial, ficando vedado ao professor a realização de uma única prova ao final do semestre para as disciplinas anuais ou ao final do bimestre para as disciplinas semestrais.
- § 2º O resultado final do processo de verificação da aprendizagem será obtido através da média aritmética simples das duas notas parciais e da nota do exame final, quando couber.
- § 3º A nota mínima para aprovação direta, sem exame final, deverá ser igual a sete (7,0), obtida pela média aritmética simples das duas notas parciais.
- § 4º A nota mínima para aprovação com exame final deverá ser igual a seis (6,0), como resultado da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{1^a NP + 2^a NP + NEF}{1^a NP + NEF}$$

3

onde: NF = nota final;

1^a NP = primeira nota parcial;

2^a NP = segunda nota parcial;

NEF = nota do exame final.

- § 5º Ficará impedido de prestar exame final o acadêmico que:
- a) não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência na disciplina; e/ou
- b) não atingir, no mínimo, quatro (4,0) como média das duas notas parciais.
- § 6º Nas disciplinas de estágio supervisionado e outras que abranjam atividades de conclusão de curso, o aproveitamento do aluno será verificado de acordo com os respectivos regulamentos e/ou manuais aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- § 7º O Calendário Universitário estabelecerá os prazos limites para a entrega das notas parciais e da nota do exame final, bem como o período destinado à realização do referido exame.
- § 8º Ao acadêmico que não comparecer ao exame final será atribuída nota zero, ressalvadas as situações previstas em normas institucionais.
- Art. 61. O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a aprovação por disciplina e a promoção por série.
- § 1º Será aprovado, na disciplina, o acadêmico que, desde que cumprida à exigência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, obtiver:
 - a) média das duas notas parciais igual ou superior a sete (7,0); ou
 - b) nota igual ou superior a seis (6,0), após a realização do exame final.
- § 2º Será promovido à série seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas da série em que se encontra matriculado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência em até:
 - a) (02) duas disciplinas, independente da série das mesmas; ou
- b) (01) uma disciplina anual e (02) duas disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas; ou
 - c) (04) quatro disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas.
 - § 3º Nos cursos com disciplinas de meio ano letivo a retenção ocorrerá de uma série para outra.
- § 4º Caberá aos coordenadores dos Cursos com disciplinas de meio ano letivo, observar, que a oferta de disciplinas ocorra, preferencialmente, sem lacunas semestrais para o acadêmico, no decorrer do curso.
- Art. 62. Em caso de rendimento escolar insatisfatório e/ou insuficiência da frequência regulamentar, o acadêmico estará sujeito à reprovação.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 14 DE 74

- § 1º Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:
 - a) não obtiver um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;
 - b) obtiver média das duas notas parciais inferior a quatro (4,0);
 - c) obtiver nota final inferior a seis (6,0) após a realização do exame final.
- § 2º Será considerado reprovado e impedido de promoção à série seguinte o acadêmico que reprovar em:
 - a) mais de 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série; ou
- b) mais de 01 (uma) disciplina anual e mais 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, simultaneamente, independente da série; ou
 - c) mais de 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série.
- § 3º Em situações de excepcionalidade, a ser analisada pela Pró-Reitoria de Graduação, suspende-se a obrigatoriedade da retenção na série, não se aplicando o disposto no § 2º.

SEÇÃO IV

Da Dependência

- Art. 63. Entende-se por regime de dependência a faculdade de poder o aluno frequentar, independentemente de série, simultaneamente com a série para a qual será regularmente promovido:
 - a) 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série das mesmas; ou
- b) 01 (uma) disciplina anual e 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas; ou
 - c) 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas.

Parágrafo único. O regime de dependência não dispensa o aluno do cumprimento das normas regimentais relativas à frequência e à avaliação do rendimento escolar.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 Disciplinas Integrantes do Currículo Pleno

Entende-se por Currículo Pleno do curso de Bacharelado em Enfermagem o conjunto das disciplinas integrantes no currículo mínimo, com disciplinas obrigatórias, optativas e diversificadoras. Bem como, por disciplina o conjunto de estudos e atividades correspondentes a um programa disciplinar desenvolvido em um período, com uma carga horária prefixada.

Segundo a DCN já citada, os conteúdos curriculares da formação do enfermeiro serão desenvolvidos por meio de atividades teóricas, teórico-práticas e práticas.

As disciplinas serão distribuídas conforme os conteúdos essenciais para o Curso, e estarão relacionados ao processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Estes conteúdos estarão distribuídos nos seguintes eixos: I - Ciências Biológicas e da Saúde; II - Ciências Humanas e Sociais e III - Ciências da Enfermagem.

5.2 Disciplinas de Formação Básica Geral

Segundo a DCN, os conteúdos de formação básica devem estar distribuídos nas

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem;



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 15 DE 74

II - Ciências Humanas e Sociais - incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde doença.

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓD	DISCIPLINA	SÉRIE	SEM	TEORIA	EAD	PRÁTIC A	Ext	СН
Ciências Biológicas e da Saúde	103	Bioquímica	1 ^a	1°	68	0	0	0	68
Ciências Biológicas e da Saúde	303	Anatomia	1 ^a	1°	34	0	51	0	85
Ciências Políticas Sociais e Humanas	510	Inglês Instrumental	1 ^a	1°	51	0	0	0	51
Ciências Biológicas e da Saúde	308	Biologia Tecidual e do Desenvolvimento	1 ^a	1°	17	0	68	0	85
Ciências Políticas Sociais e Humanas	501	Sociologia Aplicada à Enfermagem	1 ^a	2°	75	0	0	10	85
Ciências Biológicas e da Saúde	308	Genética	1 ^a	2°	52	0	16	0	68
Ciências Biológicas e da Saúde	303	Fisiologia Humana e Biofísica I	2ª	10	51	0	0	0	51
Ciências Biológicas e da Saúde	305	Imunologia	2ª	10	51	0	0	0	51
Ciências Biológicas e da Saúde	303	Parasitologia humana	2ª	20	34	0	34	0	68
Ciências Biológicas e da Saúde	303	Patologia	2ª	1º	68	0	0	0	68
Ciências Biológicas e da Saúde	303	Fisiologia Humana e Biofísica II	2ª	2º	68	0	0	0	68
Ciências Biológicas e da Saúde	301	Farmacologia	2ª	2º	102	17	0	0	119
Ciências Biológicas e da Saúde	308	Microbiologia	2ª	20	34	0	17	0	51
Total de Carga Horária						17	186	10	918

5.3 Disciplinas de Formação Específica Profissional

Segundo a DCN, os conteúdos de formação específica profissional devem estar distribuídos nas seguintes áreas:

- III Ciências da Enfermagem neste tópico de estudo, incluem-se:
- a) Fundamentos de Enfermagem: os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo:
- b) Assistência de Enfermagem: os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem:
- c) Administração de Enfermagem: os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem; e
- d) Ensino de Enfermagem: os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 16 DE 74

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓD	DISCIPLINA	SÉRIE	SEM	TEORIA	EAD	PRÁTIC A*	Ext	СН
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem	309	Fundamentos do Cuidado de Enfermagem I	1ª	1°	38	0	30	0	68
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Enfermagem como Prática Social	1 ^a	1°	45	0	0	6	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Fundamentos do Cuidado de Enfermagem II	1 ^a	2°	0	0	34	34	68
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Administração de Enfermagem. Extensão	309	Raciocínio Clínico	1 ^a	2°	45	0	0	6	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem Ensino da Enfermagem	309	Ética, Bioética e Segurança do Paciente	1 ^a	2°	50	10	8	0	68
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Ensino da Enfermagem	309	Metodologia do Trabalho Científico	1ª	2°	39	12	0	0	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Administração de Enfermagem	309	Processo de Enfermagem	2ª	1º	68	0	0	0	68
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Administração de Enfermagem	309	Semiologia e Semiotécnica I	2ª	1º	55	0	30	0	85
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Diretrizes para o Cuidado em Saúde	2 ^a	1º	43	8	0	17	68



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 17 DE 74

Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Administração de Enfermagem. Extensão	309	Semiologia e Semiotécnica II	2 ^a	2º	0	0	34	34	68
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Administração de Enfermagem. Extensão	309	Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde e Resistência Microbiana	2 ^a	1º	34	0	0	17	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Administração de Enfermagem. Extensão	309	Gerenciamento do Uso de Antimicrobiano	3ª	1º	34	0	0	17	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica	3ª	1º	58	10	0	17	85
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem Extensão	309	Enfermagem em Saúde do Adulto	3ª	1º	102	0	17	17	136
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Enfermagem em Saúde do Idoso	3ª	1º	34	0	0	17	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Ensino de Enfermagem	309	Estudos de eventos em saúde I	3ª	1º	56	0	12	0	68
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Ensino de Enfermagem. Extensão	309	Estudos de Eventos em Saúde II	3ª	2º	48	0	10	10	68
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Enfermagem Perioperatória e Central de Materiais e Esterilização	3ª	2º	60	8	17	0	85
Ciências da Enfermagem – Ensino de Enfermagem	309	Metodologia da Pesquisa	3ª	2º	34	17	0	0	51



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 18 DE 74

Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem	309	Enfermagem em Cuidados Intensivos	3ª	20	51	0	0	0	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem	309	Enfermagem em Emergência	3ª	20	58	0	10	0	68
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Ensino de Enfermagem	309	Gerenciamento em Enfermagem	4 ^a	1º	68	0	0	0	68
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Ensino de Enfermagem. Extensão	309	Cuidado de Enfermagem ao Paciente Crítico	4 ^a	1º	0	0	34	7	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem	309	Enfermagem na Saúde da Mulher I	4 ^a	1º	68	0	0	0	68
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem	309	Enfermagem na Saúde Neonatal, Criança e Adolescente I	4 ^a	1º	51	0	34	0	85
Ciências da Enfermagem – Ensino de Enfermagem	309	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I (OTCC I)	4 ^a	1º	17	0	0	0	17
Ciências da Enfermagem – Ensino de Enfermagem	309	Enfermagem na Saúde da Mulher II	4 ^a	2º	0	0	17	34	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Enfermagem na Saúde Neonatal, Criança e Adolescente II	4 ^a	2º	0	0	17	34	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II (OTCC II)	4 ^a	2º	17	0	0	0	17
To	tal de (Carga Horária			12	38	304	277	1819

^{*}Prática = contempla aulas em laboratório, experimental e vivências práticas em cenário real.

5.4 Disciplinas de Diversificação e Aprofundamento

As disciplinas de diversificação e aprofundamento contemplarão o ingresso de acadêmicos de várias séries do curso, o que amplia e flexibiliza a oferta. Cada acadêmico deverá integralizar a carga horária de 204 horas durante a primeira série à quarta série do curso, respeitando a disponibilidade de horário e carga horária máxima semestral de 40 horas, podendo ser ofertadas no primeiro ou segundo semestre do curso. Segue tabela abaixo:



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 19 DE 74

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓD	DISCIPLINA	SÉRIE	TEORI A	PRÁTIC A	Ext	EAD	СН
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Extensão	309	Suporte Básico de Vida	1ª a 4ª	20	0	8	3	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Ensino em Enfermagem	309	Análise de Dados de Pesquisa em Enfermagem	1 ^a a 4 ^a	30	21	0	0	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Ensino em Enfermagem. Extensão	309	Carreira, Empreendedorismo e Mercado de trabalho em Enfermagem	1 ^a a 4 ^a	34	0	0	17	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem	309	Gerenciamento de Feridas pelo Enfermeiro	2ª a 4ª	20	0	31	0	51
Ciências da Enfermagem – Fundamentos de Enfermagem. Assistência de Enfermagem	309	Tópicos Especiais em Saúde do Idoso	1ª a 4ª	39	12	0	0	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem	309	Tópicos Especiais em Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica	3ª e 4ª	30	0	21	0	51
Ciências da Enfermagem – Assistência de Enfermagem. Ensino em Enfermagem	309	Enfermagem Forense	3ª e 4ª	39	6	6	0	51
Ciências da Enfermagem - Assistência de Enfermagem. Ciências Biológicas e da Saúde	301	Estética em Enfermagem	2ª a 4ª	18	24	0	9	51
Ciências Biológicas e da Saúde	305	Interpretação de Exames Laboratoriais	2ª a 4ª	34	17	0	0	51
Ciências Biológicas e da Saúde. Educação. Ciências humanas e sociais	501	Sexualidade Humana e Educação	1ª a 4ª	0	0	0	51	51
Ciências Biológicas e da Saúde	308	Biologia Celular e Molecular	1ª a 4ª	51	0	0	0	51



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 20 DE 74

Ciências Biológicas e da Saúde	308	Desenvolvimento dos Sistemas Corporais	1 ^a a 4 ^a	51	0	0	0	51			
Ciências humanas e sociais	510	Libras – Língua Brasileira de Sinais	1 ^a a 4 ^a	0	0	25	26	51			
Educação. Ciências humanas e sociais	509	Educação, Comunicação e Tecnologias	3ª	0	0	0	51	51			
Ciências Biológicas e da Saúde	303	Animais Peçonhentos e Venenosos de Importância Médica	3ª a 4ª	51	0	0	0	51			
Total	Total de Carga Horária					204					

A disciplina poderá ser ofertada em diferentes séries e semestres, conforme demanda discente e disponibilidade docente.

5.5 Estágio Curricular Supervisionado

No que diz respeito ao nome das disciplinas, carga horária e modalidade de orientação, estão dispostas no novo Regulamento de Estágio a ser aprovado e analisado, sob protocolo eletrônico SEI: 20.000057889-1, relacionado a este protocolo.

5.5.1 Carga Horária

Áreas de	Código	Disciplina	Série	Semestre	СН
Conhecimento					
Ciências da	309	Estágio Supervisionado	4 ^a	2°	289
Enfermagem		em Enfermagem I			
Ciências da	309	Estágio Supervisionado	5ª	1º	578
Enfermagem		em Enfermagem II			
Ciências da	309	Estágio Supervisionado	5ª	2°	578
Enfermagem		em Enfermagem III			
	Tota	l de Carga Horária			1445

5.5.2 Modalidade

	CAF	RGA	М	ODALIDA	DE			
	HOR	ÁRIA	DE					
DISCIPLINA DE ESTÁGIO			o	ORIENTAÇÃO				
	T	P	DIRETA	SEMI-	INDIRETA			
				DIRETA				
Estágio Supervisionado em Enfermagem	34	255		X				
I								
Estágio Supervisionado em Enfermagem	34	544		X				
II								
Estágio Supervisionado em Enfermagem	17	561		X				
III								

(Em conformidade com o Regulamento)



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 21 DE 74

5.5.3 Carga Horária de Supervisão de Estágio

ANO	CURRÍCULO	NOVO CURRÍCULO
	VIGENTE	
2023	680	0
2024	680	0
2025	680	0
2026	680	289
2027	0	1445

^{*}Ano de implantação do novo currículo

5.6 Disciplinas com Aulas Experimentais Laboratoriais e/ou Vivências Práticas

Considerar-se-á como aula experimentais e laboratoriais aquelas que comtemplam aulas com bonecos, laboratórios e afins, sem intervenções em pacientes, enquanto vivências práticas em cenário real todas aquelas aulas que comtemplam atividades em campo de cenário real com pacientes. As vivências práticas em cenário real terão supervisão direta do docente no campo, condição que impacta na proporção aluno/turma.

				Carga Horária	
COD	Disciplina	N° de turmas			Operacional
			Total	Prática	de
					prática*
	OD Disciplina N° de turmas Total Prática Operacion de prática EXPERIMENTAIS E LABORATORIAIS Disciplina de Formação Básica Geral 08 Biologia Tecidual e do Desenvolvimento 4 (laboratório) 85 68 272 03 Anatomia 3 (laboratório) 85 51 153 08 Genética 2 (laboratório) 68 16 32 03 Parasitologia humana 4 (laboratório) 68 34 136 08 Microbiologia 4 (laboratório) 51 17 68 Total de CH prática de Disciplina de Formação Básica Geral 186 661 Formação Específica Profissional 09 Fundamentos do Cuidado de Enfermagem I 2 (laboratório) 68 30 60 09 Semiologia e Semiotécnica I 2 (laboratório) 68 12 36 09 Estudos de Eventos em Saúde II 3 (laboratório) 68 10 30 09 Enfermagem em Emergência				
	Disciplina de Formação Bá	sica Geral			
308	Biologia Tecidual e do Desenvolvimento	4 (laboratório)	85	68	272
303	Anatomia	3 (laboratório)	85	51	153
308	Genética	2 (laboratório)	68	16	32
303	Parasitologia humana	4 (laboratório)	68	34	136
308	Microbiologia	4 (laboratório)	51	17	68
	Total de CH prática de Disciplina de Formação Bási	ca Geral		186	661
	Formação Específica Pro	fissional			
309	Fundamentos do Cuidado de Enfermagem I	2 (laboratório)	68	30	60
309	Semiologia e Semiotécnica I	2 (laboratório)	85	30	60
309	Estudos de Eventos em Saúde I	3 (laboratório)	68	12	36
309	Estudos de Eventos em Saúde II	3 (laboratório)	68	10	30
309	Enfermagem em Emergência	2 (laboratório)	68	10	20
309	Enfermagem na Saúde Neonatal, Criança e Adolescente I	2 (laboratório)	85	34	68
	Total de CH prática de Disciplina de Formação Específica Pro	l fissional em Labora	atório	126	274



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 22 DE 74

	VIVĒNCIAS PRĀTICAS EM CE	NÁRIO REAL			
	Formação Específica Prof	fissional			
309	Ética, Bioética e Segurança do Paciente	8 (visita hospitalar)	68	8	64
309	Fundamentos do Cuidado de Enfermagem II	10 (hospital)	68	34	340
309	Semiologia e Semiotécnica II	10 (hospital)	68	34	340
309	Enfermagem Perioperatória e Central de Materiais e Esterilização	10 (hospital)	85	17	170
309	Enfermagem em Saúde do Adulto	10 (hospital)	102	17	170
309	Cuidado de Enfermagem ao Paciente Crítico	10 (hospital)	51	34	340
309	Enfermagem na Saúde da Mulher II	10 (hospital)	51	17	170
309	Enfermagem na Saúde Neonatal, criança e adolescente II	10 (hospital)	51	17	170
	Total de CH prática de Disciplina de Formação Específica Prof hospitalar	fissional em Ambien	te	178	1764
	Total de CH prática de Disciplina de Formação	Específica		304	2532
	Profissional				
	Carga Horária Total de aulas experimentais, laboratoriais		490	3295	
	práticas				

Há variação de alunos por turma em virtude das características da aula prática prevista para cada disciplina.

Compreende-se por vivências práticas a realização de prática profissional que permitam atuar em cenários reais, sob supervisão direta do professor vinculado à UEPG. Tem como objetivo realizar ações de Enfermagem fundamentadas em bases científicas do cuidado vinculadas a uma disciplina a fim de permitir a aquisição de conhecimento, experiências e desenvolvimento de habilidades técnico-científicas, visando uma melhor qualificação durante o processo de ensino-aprendizagem do curso de Enfermagem.

A fim de organizar as vivências práticas em cenários reais, é indispensável o Termo de Convênio ou Acordo de Cooperação celebrado entre a unidade concedente e a UEPG; Termo de Compromisso celebrado entre a unidade concedente e o acadêmico, em que conste o número da apólice de seguro contra acidentes pessoais e o nome da companhia seguradora, com interveniência obrigatória da UEPG.

A jornada diária de atividades será de no máximo 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. O professor coordenador da disciplina deverá definir os campos de vivências práticas que compete a disciplina, observando a complexidade e as habilidades necessárias para a execução das atividades; informar os acadêmicos sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação; orientar os demais professores vinculados à disciplina em caso de mais de um campo de vivência prática sobre as normas.

A supervisão das vivências práticas, ou seja, cenário real de prática profissional do Enfermeiro, será direta, com acompanhamento do acadêmico em 100% das atividades, portanto, é considerada como atividade de ensino e computada ao Professor, conforme a Política Docente da UEPG. A duração das vivências práticas corresponde a carga horária prevista de cada disciplina, conforme o Projeto Pedagógico do curso.

Importante ressaltar que devido as exigências dos campos de cenário de prática profissional foi calculado a carga horária operacional, que compreende a carga horária (CH) real que o professor realiza em cada campo de vivências práticas. Sendo assim, a carga horária operacional deverá ser respeitada, pois é esta carga horária que deverá ser dividida entre os professores que irão para o cenário de prática.

Em casos excepcionais e a critério do Colegiado de Curso, as vivências práticas poderão ser desenvolvidas de forma concentrada, e/ou além do semestre letivo, respeitando-se a carga horária prevista. A carga horária para os acadêmicos será computada em horas (60 minutos).



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 23 DE 74

O conjunto de critérios de avaliação de cada disciplina deverá resultar em uma nota única que deverá ser lançada no diário de classe eletrônico pelo Professor supervisor. Não se aplicam Exame Final e Plano de Acompanhamento de Estudos vinculados a atividades se supervisão direta.

5.7 Extensão como Componente Curricular

5.7.1 Disciplinas

		DIGGIRI INA				Carga horária	
ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓD	DISCIPLINA	Série	Semestre	Nº de turma *	Total	Extensão
	DISC	PLINAS COM CARGA HORÁR	IA INT	EGRAL DE	EXTENSÃO		
Extensão. Ciências	501	Educação, Saúde e Extensão	1	1	1	51	51
Biológicas e da Saúde.							
Educação. Ciências							
humanas e sociais.							
Extensão. Ciências da	309	Práticas Extensionista I	1	2	8	51	51
Enfermagem							
Extensão. Ciências da	309	Práticas Extensionistas II	2	2	8	51	51
Enfermagem							
Extensão. Ciências da	309	Práticas Extensionistas III	3	2	8	51	51
Enfermagem							
Tot	al de C	H em disciplinas com carga h	orária	integral de			204
		extensão					
	DISC	IPLINAS COM PARTE DA CAR		DRARIA DE	STINADA Á		
		EXTENSA					
		Disciplina de Formaçã					
Extensão. Ciências	501	Sociologia Aplicada à	1	2	2	85	10
humanas e sociais.		Enfermagem					
Т	otal de	CH em disciplinas de Formaç					10
		Formação Específic	a Profi	issional			
Ciências da Enfermagem.	309	Enfermagem como Prática	1	1	8	51	6
Extensão		Social					
Ciências da Enfermagem.	309	Fundamentos do Cuidado	1	2	10	68	34
Extensão		de					
		Enfermagem II					
Ciências da Enfermagem.	309	Raciocínio Clínico	1	2	8	51	6
Extensão							
Ciências da Enfermagem.	309	Diretrizes para o Cuidado em	2	1	8	68	17
Extensão		Saúde					
Ciências da Enfermagem.	309	Semiologia e Semiotécnica II	2	2	10	68	34
Extensão							
Ciências da Enfermagem.	309	Prevenção e Controle de	2	1	8	51	17
Extensão		Infecções Relacionadas à					
		Assistência à Saúde e					
		Resistência Microbiana					
Ciências da Enfermagem.	309	Gerenciamento do Uso	3	1	8	51	17
Extensão		de					
		Antimicrobiano					
Ciências da Enfermagem.	309	Saúde Mental e	3	1	8	85	17
Extensão		Enfermagem Psiquiátrica					
Ciências da Enfermagem.	309	Enfermagem em Saúde do	3	1	10	51	17
Extensão		Idoso					



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 24 DE 74

Total de CH de Extensão							
		Profissional					
	Total o	le CH em disciplinas de Forma	ção E	specífica			277
		Criança e Adolescente II					
Extensão		Neonatal,					
Ciências da Enfermagem.	309	Enfermagem na Saúde	4	2	10	51	34
Extensão		Mulher II					
Ciências da Enfermagem.	309	Enfermagem na Saúde da	4	2	10	51	34
Extensão		PacienteCrítico					
Ciências da Enfermagem.	309	Cuidado de Enfermagem ao	4	1	10	51	17
Extensão		II					
Ciências da Enfermagem.	309	Estudos de Eventos em Saúde	3	2	8	68	10
Extensão		adulto					
Ciências da Enfermagem.	309	Enfermagem em saúde do	3	1	10	136	17

^{*} Há variação de alunos por turma em virtude das características do cenário de prática extensionista previsto para cada disciplina

Entende-se que a curricularização da extensão é parte essencial ao currículo da Enfermagem, pois é um dos pilares da Universidade. Neste sentido, apresenta-se abaixo como a extensão será trabalhada neste novo PPC.

Como demostrado no quadro anterior, a extensão estará distribuída de duas formas, disciplinas com carga horária integral de extensão e disciplinas com parte da carga horária destinada à extensão nas disciplinas de formação básica e de formação específica profissional.

5.7.2 Outras atividades curriculares de Extensão

CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DIVERSAS (NÃO	*
CODIFICADAS NO CURSO)	
CARGA HORÁRIA TOTAL DA EXTENSÃO	491
PORCENTAGEM DE CH DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO	10.0
CURSO	10,2

^{*} O Aluno poderá fazer outras atividades de extensão como horas complementares

5.8 Disciplinas na Modalidade de Educação a Distância

As disciplinas elencadas abaixo terão metodologias de aprendizagem que contemplarão parte de suas atividades desenvolvidas de forma remota, assíncrona ou síncrona, através de diferentes plataformas digitais.

5.8.1 Disciplinas

		СН
DISCIPLINA	CH EAD	TOTAL
Ética, Bioética e Segurança do Paciente	10	68
Metodologia do Trabalho Científico	12	51
Farmacologia	17	119
Diretrizes para o Cuidado em Saúde	8	68
Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica	10	85
Enfermagem Perioperatória e Central de Materiais e		
Esterilização	8	85
Metodologia da Pesquisa	17	51
Educação, Comunicação e Tecnologias*	51	51
Libras – Língua Brasileira de Sinais*	26	51
	Ética, Bioética e Segurança do Paciente Metodologia do Trabalho Científico Farmacologia Diretrizes para o Cuidado em Saúde Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica Enfermagem Perioperatória e Central de Materiais e Esterilização Metodologia da Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias*	Ética, Bioética e Segurança do Paciente 10 Metodologia do Trabalho Científico 12 Farmacologia 17 Diretrizes para o Cuidado em Saúde 8 Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica 10 Enfermagem Perioperatória e Central de Materiais e Esterilização 8 Metodologia da Pesquisa 17 Educação, Comunicação e Tecnologias* 51

^{*} Disciplina de diversificação e aprofundamento.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 25 DE 74

5.8.2 Carga Horária

CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	82
PORCENTAGEM DE CARGA HORÁRIA EAD EM RELAÇÃO À CH TOTAL	1.70%*
DO CURSO	1,70%

^{*}Durante o andamento do novo currículo vigente, a carga horária em EAD prevista poderá sofrer alterações, mediante solicitação docente e aprovação em colegiado, respeitando Art. 19, Res. UNIV 11/2017, de máximo de 20% em relação à carga horária total do curso

5.9 Atividades Complementares ou Acadêmico Científico-Culturais

Respeitando o regulamento da UEPG e segundo o artigo 8º da DCN, o PPC possibilita o desenvolvimento de atividades complementares. Observando a carga horária de cursos do SEBISA e seguindo a mesma carga horária do PPC quatro, optou-se e foi aprovado a carga horária descrita abaixo:

Para obter a sua graduação, o acadêmico deverá cumprir, no mínimo, 210 (duzentas e dez) horas em atividades complementares, regulamentadas pelo Colegiado de Curso.

- O(a) acadêmico(a) deverá comprovar participação nas seguintes atividades (presenciais ou a distância). Das atividades listadas, o (a) acadêmico (a) deverá cumprir 5 itens dos 13 listados, conforme descritos a seguir:
- 1) Estágio não obrigatório: a comprovação do estágio será feita pela apresentação do Termo de Compromisso de Estágio e do Termo de Rescisão de Estágio, emitidos pela Seção de Estágio da Prograd.
- **2) Participação em eventos** (encontros, congressos, seminários, etc) como ouvinte: comprovação mediante certificado emitido pelo evento.
- 3) Participação em cursos e minicursos na área da Enfermagem: será considerado 100% da carga horária, com comprovação mediante certificado emitido pelo órgão responsável pelo curso/minicurso.
- 4) Apresentação de trabalhos em Congressos, Seminários, Simpósios, etc na área da Enfermagem: com comprovação mediante certificado emitido pelo evento.
- **5) Programas de Iniciação Científica**: será considerado 100% da carga horária com comprovação mediante certificado emitido pela Universidade.
- **6) Monitorias:** será considerado 100% da carga horária da disciplina, mediante comprovação com certificado emitido pela Prograd ou pelo Colegiado de Curso.
- 7) Participação em Projetos de Pesquisa ou grupos de pesquisa: será considerado 100% da carga horária, mediante comprovação emitido pelo coordenador da pesquisa ou grupo de pesquisa.
- 8) Participação em Projetos de Extensão: será considerado 100% da carga horária, mediante comprovação emitido pela PROEX ou outro órgão ligado à Extensão Universitária. OBS: se o acadêmico optar pelo uso da CH do projeto de extensão para a contagem da CH na curricularização da extensão, esta carga horária não poderá ser contada duplicada. O acadêmico deverá optar, observando a necessidade de atingir no mínimo 10% da CH do curso na extensão.
- 9) Participação em atividades cívico-sociais, culturais e esportivas: será considerado 100% da carga horária mediante comprovação de certificado emitido por órgão promotor.
- **10)** Participação e representação no âmbito da Universidade: comprovadas mediante certificados emitidos por órgão promotor:
- representação no Conselho Universitário: 1 h por reunião;
- representação no Departamento: 1 h por reunião;
- representação no Colegiado: 1 h por reunião;
- participação em comissões: 1 h por reunião;
- membros do Centro Acadêmico*: 15 h por ano;



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 26 DE 74

*Farão jus ao certificado de participação no Centro Acadêmico, emitido pela Coordenação do Curso de Enfermagem, mediante lista dos membros do CA.

- 11) Participação como organizador (membro, equipe organizadora, monitoria, etc) em eventos promovidos pela Universidade, Setor, Departamento e/ou Colegiado de Curso: comprovadas mediante certificados emitidos pelo órgão promotor.
- 12) Participação como ouvinte em eventos não correlacionados à Enfermagem: com comprovação mediante certificados emitidos pelo órgão promotor.
- 13) Participação como palestrante em eventos relacionados à Enfermagem: com comprovação mediante certificado emitido pelo órgão promotor.

5.10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com a DCN, Art. 12º "Para conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente".

Para a realização do TCC, seguirá as normas da UEPG, como o regulamento geral de TCC da UEPG (Resolução CEPE n. 21 de 2011 e Resolução CEPE n. 5 de 2018), bem como o novo regulamento próprio do curso de Enfermagem o qual encontra-se em processo em tramitação (PROCESSO SEI 23.000004014-7).

O trabalho de conclusão de curso deverá ser realizado durante o transcorrer das disciplinas: Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I (OTCC I) e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II (OTCC II), de 17 horas cada. Ambas as disciplinas serão ofertadas na quarta série do curso, sendo OTCC I, no primeiro semestre e OTCC II no segundo. O Manual de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC), que segue as normas do regulamento geral de TCC da UEPG (Anexo V).

5.10.1 Carga Horária Supervisão do TCC

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2023	1632	0
2024	1360	0
2025	1360	0
2026	1360	1360
2027	0	1360

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

LEGISLAÇÃO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Resolução CEPE nº 015/2014, que aprova a obrigatoriedade de conteúdos sobre Educação Ambiental a todos os cursos de Graduação vigentes na UEPG Lei nº 17505 de 2013 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências Deliberação CEE -04/ 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012	Estudos de Eventos em Saúde I e II. Práticas extensionistas I, II e III, entre outras	50h



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 27 DE 74

Deliberação CEE/PR/ 02/2015, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a	Enfermagem como Prática Social; Sociologia Aplicada à	
Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná	9 1	30h
Resolução nº 1 de 20 de maio de 2012 -	e Enfermagem Psiquiátrica;	
Estabelece Diretrizes Nacionais para a	Práticas extensionistas I, II e III,	
Educação em Direitos Humanos	entre outras	
BRASIL. ANVISA. Proposta de		
competências para prevenção e controle	Prevenção e Controle de	
das infecções relacionadas à assistência	Infecções Relacionadas à	541
em saúde (IRAS) a serem incluídas na	Assistência à Saúde e Resistência	51h
matriz curricular nacional para cursos de formação técnica e de gradação na área	Microbiana	
da saúde		

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

7.1 Primeira Série do Curso

ANATOMIA

Introdução ao estudo da anatomia humana. Nomenclatura anatômica, planos e eixos. Conceito e delimitação dos sistemas orgânicos. Sistema digestório, circulatório, respiratório, urinário e genital. Sistema endócrino, ósseo, muscular, articular, tegumentar e nervoso. Atividades práticas em laboratório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRAAFF, VAN DE. Anatomia Humana. Barueri: Manole. 2003.

MILLÉO, J. MANUAL TEÓRICO-PRÁTICO DE ANATOMIA HUMANA. Ponta Grossa: UEPG,2011. 167 p. MOORE, K.L.; DALLEY, A.F. Anatomia – Orientada para a Clínica. 4 a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2001.

SOBOTTA, J. Sobotta: Atlas de Anatomia Humana, vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2000.

TILLMANN, B. Atlas de Anatomia Humana. Barueri: Manole. 2006.

BIOQUÍMICA

A célula e sua organização bioquímica. Estudo da estrutura e função de carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos. Enzimas e cinética enzimática de Michaelis-Menten. Metabolismo oxidativo de carboidratos, lipídeos e proteínas. Estudo de vias da pentosefosfato, Glicogênese e Gliconeogênese. Biossíntese de lipídeos. Integração metabólica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERG, JM; TYMOCZKO, JL; STRYER, L. Bioquímica. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 1162 p.

CAMPBELL, MK; FARREL, SO. Bioquímica. 2 ed. Editora Cengage Learning. 2015. 864p.

HARVEY, R.; FERRIER, D. Bioquímica Ilustrada. 7 ed. Artmed, 2018.

MARZZOCO, A.; TORRES, B.B. Bioquímica Básica. 4 ed. Editora Guanabara Koogan, Rio deJaneiro-RJ, 2015. 404p.

NELSON, DL; COX, M.M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 7 ed. Porto Alegre: Artmed/Panamericana Editora Ltda, 2018.

RODWELL, VW; BENDER, DA; BOTHAM, KM; KENNELLY, PJ, WEIL, PA. BIOQUÍMICA ILUSTRADA DE HARPER.; 30 ed. edição traduzida, Editora Artmed, 2016.

VOET, D; Voet, JG. Bioquímica. 4 ed. Editora Artmed, Rio Grande do Sul-RS, Porto Alegre, 2013.1512p.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 28 DE 74

BIOLOGIA TECIDUAL E DO DESENVOLVIMENTO

Estudo dos tecidos epiteliais, conjuntivos, musculares e nervoso em uma visão integrada na constituição dos sistemas digestório, respiratório, urinário, cardiovascular, reprodutor masculino e feminino, endócrino e linfóide. Fecundação, segmentação, implantação, gastrulação. Anexos embrionários e desenvolvimento do embrião. Atividades práticas em laboratório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTS, B. et al. Fundamentos da Biologia Celular. 4 ed. Porto Alegre: Artes médicas, 2017.

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da célula. 6 ed. Porto Alegre: Artes médicas, 2017. CARLSON, B.M. Embriologia humana e biologia do desenvolvimento. 5 ed. São Paulo:Elsevier, 2014.

CARVALHO, H.F.; RECCO-PIMENTEL, S.M. A célula. 3 ed. Barueri: Editora Manole, 2013. GARTNER, L.P.; HIAT, J.L. Tratado de histologia em cores. 4 ed. São Paulo, Elsevier Brasil, 2017.

JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Histologia básica. 13 ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2017.

HARVEY, L. et al. Molecular cell biology. 8 ed. New York: W.H. FREEMAN and COMPANY, 2017.

MOORE, K.L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA, M.G. Embriologia clínica. 10 ed. São Paulo: Elsevier, 2016.

PIEZZI, R.S.; FORNÉS, M.W. Novo Atlas de histologia normal de Di Fiori. 1 ed Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2008.

ENFERMAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL

Enfermagem como prática científica e social dotada de conhecimento teórico-prático. Exercício da prática profissional na área da saúde, necessário e de interesse da sociedade, inserido no processo de trabalho que produz serviços em saúde, exercido pelos por enfermeiras (os), e cujo produto final é o cuidado de enfermagem à pessoa no seu processo saúde-doença. Vivências práticas extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BACKES, D.S. et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. Ciência & Saúde Coletiva, v.17, n.1, p.223- 230, 2012.

BLEICHER, L.; BLEICHER, T. Saúde para todos, já! 3ed. Editora: EDUFBA, 2016.

BARSAGLINI, R.; PORTUGAL, S.; MELO, L. Experiência, Saúde, Cronicidade: um olhar sócio antropológico. Editora FIOCRUZ, 2021.

BUSS, P.M., PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis, v.17, n.1, 2007.

CASTRO, M.C. et al. Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future. Lancet. v.394, n.10195, p.345-356, 2019.

CESTARI, V.R.F. Vulnerabilidade em saúde, educação e liberdade: reflexão à luz de Hannah Arendt. Esc. Anna. Nery. v.26, 2022.

GIOVANELLA, L. et al. Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2 ed. Editora FIOCRUZ,2012. LOPES-JÚNIOR, L.C. Advanced Practice Nursing and the Expansion of the Role of Nurses inPrimary Health Care in the Americas. SAGE Open Nurs. v.7, 2021. Organização Pan-Americana de Saúde. Expanding the Roles of Nurses in Primary Health Care [Internet]. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana de Saúde; 2018. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/34958/9789275120033_eng.pdf?sequence=6 &isAllowed=y



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 29 DE 74

SILVA, K.L. et al. Social inequalities for student leaders and professional organizations: Florence Nightingale's political legacy. Rev. Bras. Enferm. v.75, n.2, 2022.

SOARES, C.B.; CAMPOS, C.M.S. (orgs). Fundamentos de saúde coletiva e o cuidado de enfermagem. Manole; São Paulo: 2013.

STEVANIM, L.F.; MURTINHO, R. Direito à comunicação e saúde. Editora FIOCRUZ, 2021.

ÉTICA, BIOÉTICA E SEGURANÇA DO PACIENTE

Estabelecimento de relações entre ética, bioética e segurança do paciente. Reflexão teórico-prática e EAD. Análise dos aspectos éticos e legais envolvidos na prática de Enfermagem. Dimensão ética da atuação profissional. Instrumentos e princípios éticos e legais da prática. Temas da Bioética relativos à Enfermagem. Código de Ética e a Lei do Exercício Profissional. Noções básicas sobre a segurança do paciente. Boas práticas na assistência à saúde. Incidentes relacionados à assistência à saúde e a cultura de segurança. Vivências práticas em cenário real.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERWICK, D.M; NOLAN, T.W.; WHITTINGTON, J. The triple aim: care, health, and cost. Health Aff (Millwood), v. 27, n. 3, p. 759-769, 2008.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Gestão de Riscos e Investigação de Eventos Adversos Relacionados à Assistência à Saúde. Brasília: Anvisa,2017.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN Nº 564/2017 - Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: Cofen, 2017.

NUNDY, S.; COOPER, L.A; MATE, K.S. The Quintuple Aim for Health Care Improvement: A New Imperative to Advance Health Equity. JAMA. v.327, n. 6, p. 521- 522, 2021.

OGUISSO, T.; SCHMIDT, M.J. (Colab.). O exercício da enfermagem: uma abordagem éticolegal. 5Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

OGUISSO, T.; ZOBOLI, E. (orgs.). Ética e bioética: desafios para a enfermagem e saúde. 2 Ed. Baueri: Manole, 2017.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Sistemas de notificação e aprendizagem de incidentes de segurança do paciente. Organização Mundial da Saúde. Tradutor Fernando Alves Esbérard Leite. Leme: Mizuno, 2021. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/334323/9786555261950-por.pdf Acesso em 29 de Abr. 2022.

PAGARARO, I.B. et al. Ética, legislação e exercício profissional em enfermagem. Rio deJaneiro: SESES, 2015.

WHO. World Health Organization. Global patient safety action plan 2021–2030: towards eliminating avoidable harm in health care. Geneva: World Health Organization; 2021. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/343477/9789240032705-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: 29 Abr. 2022.

WHO. World Health Organization. Manual de políticas e estratégias para a qualidade dos cuidados de saúde: uma abordagem prática para formular políticas e estratégias destinadas a melhorar a qualidade dos cuidados de saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2020. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241565561 Acesso: 29 abr. 2022.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E EXTENSÃO

Sociedade, Universidade e o papel da Educação e da Saúde na extensão universitária. Práticas Educativas para a Extensão em Saúde. A relação Educação e Saúde nas ações extensionistas.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 30 DE 74

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de educação popular e saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CARVALHO, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. Physis Revista de Saúde Coletiva, v. 25, n. 4, p. 1207-1227. 2015.

COSTA, D.V.S. et al. Extensão Universitária na Promoção da Saúde Infantil: analisando estratégias educativas. Revista Ciência em Extensão, v.11, n. 1, p. 25-31, 2015.

FALKENBERG, M.B.; MENDES, T.P.L.; MORAES, E.P.; SOUZA, E.M. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva, v.19, n.3, p.847-852, 2014.

JEOLAS, L.; FERRARI, R. A. P. Oficinas de prevenção em um serviço de saúde para adolescentes: espaço de reflexão e de conhecimento compartilhado. Ciência & Saúde Coletiva, v. 8, n.2, p. 611-20, 2003.

NOBRE, R.S.; MOURA, J.R.A.; BRITO, G.R.; GUIMARÃES, M.R.; SILVA, A.R.V. Vivenciando a extensão universitária através de ações de educação em saúde no contexto escolar. Revista APS, v.20, n. 2, p. 288-292, 2017.

OLIVEIRA, C.S.; BRÊTAS, A.C.P.; ROSA, A.S. A Importância da Extensão Universitária na Graduação e Prática Profissional de Enfermeiros. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 1, p. 171-186, 2017.

SÍVERES, L. (Org.). Extensão Universitária como um Princípio de Aprendizagem. Brasília: Liber Livro, 2013.

FUNDAMENTOS DO CUIDADO DE ENFERMAGEM I

Disciplina teórico-prática relacionada aos aspectos conceituais e fundamentais da assistência de enfermagem ao paciente, família e comunidade. História da enfermagem, aspectos éticos e morais. Comunicação em saúde. Equipe de Enfermagem. Higienização das mãos. Resíduos dos Serviços de Saúde. Sinais Vitais e medidas antropométricas. Manuseio com material estéril. Precaução padrão. Anamnese, levantamento de problemas. Exame físico. Terminologia clínica. Anotação de Enfermagem. Prontuário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, A.L.B.L (org). Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto [recurso eletrônico]. 3 Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2016. Disponível em:https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782Xabc-116-03-0516/0066-782X-abc-116-03-0516.x44344.pdf

BRITO, N.M.R.; VELOSO, B.C.; PAVANELLI, R.J. Manual de orientação: anotações de enfermagem. Botucatu, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, São Paulo, 2016. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ManualAnotacao-Enfermagem.pdf

CARMANGNANI, M. I. S. et al. Procedimentos de Enfermagem: guia prático. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019, 330p.

COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Processo de enfermagem: guia para a prática. - 2.ed., São Paulo: COREN-SP, 2021. Disponível em: https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/SAE-web.pdf

DUFFLES, T.L.M.; BARCELLOS A. M.. Aspectos ontológicos e epistêmicos em terminologias clínicas: em busca de interoperabilidade semântica no ambiente médico. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis,



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 31 DE 74

v. 23, n. 53, p. 01-15, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518- Brasil. Ministério da Saúde. Terminologia. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/terminologia/

LEITE, F.B. Central de Material Esterilizado Projeto de Reestruturação e Ampliação do Hospital de Francisco Sá. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/artigo_CME_flavia_leite.pdf

POTTER, P. A. PERRY, A.G. Fundamentos da enfermagem. Tradução: Adilson Dias Salle [et al.].9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

UEPG. O coração do hospital: a rotina da Central de Materiais e Esterilização durante a Pandemia. [Internet]. Disponível em: https://hu.uepg.br/noticias/o-coracaodo-hospital-a-rotina-da-central-de-materiais-e-esterilizacao-durante-a-pandemia/

FUNDAMENTOS DO CUIDADO DE ENFERMAGEM II

Vivências práticas e extensionistas no contexto das Redes de Atenção à Saúde. Comunicação em saúde. Reconhecimento da equipe de enfermagem. Higienização das mãos. Resíduos dos Serviços de Saúde. Sinais Vitais e medidas antropométricas. Manuseio com material estéril. Precaução padrão. Anamnese, levantamento de problemas. Exame físico. Anotações e evoluções de Enfermagem em prontuário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, A.L.B.L (org). Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto [recurso eletrônico]. 3 Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2016. Disponível em:https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782Xabc-116-03-0516/0066-782X-abc-116-03-0516.x44344.pdf

BRITO, N.M.R.; VELOSO, B.C.; PAVANELLI, R.J. Manual de orientação: anotações de enfermagem. Botucatu, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, São Paulo, 2016. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ManualAnotacao-Enfermagem.pdf

CARMANGNANI, M. I. S. et al. Procedimentos de Enfermagem: guia prático. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019, 330p.

COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Processo de enfermagem: guia para a prática. - 2.ed., São Paulo: COREN-SP, 2021. Disponível em: https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/SAE-web.pdf

DUFFLES, T.L.M.; BARCELLOS A. M.. Aspectos ontológicos e epistêmicos em terminologias clínicas: em busca de interoperabilidade semântica no ambiente médico. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 01-15, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518- Brasil. Ministério da Saúde. Terminologia. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/terminologia/

LEITE, F.B. Central de Material Esterilizado Projeto de Reestruturação e Ampliação do Hospital de Francisco Sá. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/artigo CME flavia leite.pdf

POTTER, P. A. PERRY, A.G. Fundamentos da enfermagem. Tradução: Adilson Dias Salle [et al.].9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

UEPG. O coração do hospital: a rotina da Central de Materiais e Esterilização durante a Pandemia. [Internet]. Disponível em: https://hu.uepg.br/noticias/o-coracaodo-hospital-a-rotina-da-central-de-materiais-e-esterilizaca o-durante-a-pandemia/

GENÉTICA

Disciplina teórico-prática. Padrões de herança na espécie humana. Análise de genealogias humanas. Os grupos sanguíneos humanos. Imunogenética. Erros metabólicos hereditários. Citogenética humana e alterações cromossômicas. Distúrbios multifatoriais e malformações congênitas. Genética e câncer. Genética de populações humanas. Genética molecular humana. Diagnóstico molecular de doenças humanas.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 32 DE 74

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula. 6 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2017, 1464 p.

BORGES-OSÓRIO, M.R.; ROBINSON, W.M. Genética Humana. 3 ed. Porto Alegre: EditoraArtmed, 2013, 748 p.

GRIFFITHS, A.J.F. et al. Introdução à Genética. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2016, 780 p.

KLUG, W.S. et al. Conceitos de Genética. 9 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010, 896 p.LEWIN, B. Genes IX. 9 ed. Editora Jones & Bartlett Learning, 2007, 892 p.

OTTO, P.G.; OTTO, P.A.; FROTA-PESSOA, O. Genética humana e clínica. 2 ed. São Paulo:Editora Rocca, 2004, 360 p.

MCINNES, R.R. THOMPSON & THOMPSON Genética Médica. 8 ed. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2016, 400 p.

READ, A.; DONNAI, D. Genética Clínica: uma nova abordagem. 1 ed.Porto Alegre: EditoraArtmed, 2008, 448 p.

SNUSTAD, D.P.; SIMMONS, M.J. Princípios de genética. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2017, 760 p.

WATSON, J.D. et al. Biologia molecular do gene. 7 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2015, 912p.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Reflexões teóricas e Ead sobre os fundamentos da Metodologia Científica. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Organização de trabalho científico (Normas ABNT). Técnicas de elaboração de fichamentos, resenhas e relatórios. Produção de resumos. Técnica de apresentação de trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 10719 - Informação e documentação — Relatório técnico e/ou científico — Apresentação. 3Ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1Ed. São Paulo: Cortez, 2013

Soares, Alessandra Guimarães; Tauli, Carlos Eduardo; Donzelli, Cledivaldo Aparecido et al. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis: FUNEPE, 2018.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 4Ed. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

PRÁTICAS EXTENSIONISTA I

Relações entre saúde, sociedade, cultura e Enfermagem. Enfermagem como prática social e seu papel na sociedade. Desenvolvimento de práticas extensionistas contemplando o diagnóstico situacional junto ao cenário de práticas e do objeto de intervenção comunitário. Abordagem crítica e reflexiva do cenário de prática com enfoque nas coletividades, Educação em saúde, visão ampliada de saúde e seus determinantes sociais e políticas públicas vigentes na prática do Enfermeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADAM, P.; HERZLICH, C. Sociologia da doença e da medicina. Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2001

AMORETTI, R. Educação médica diante das necessidades sociais em saúde. Revista Brasileira de Educação Médica. v. 29, 2005.

BACKES, D.S. et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. Ciência & Saúde Coletiva, v.17, n.1, p.223- 230, 2012.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 33 DE 74

CALDERÓN, A.I. Extensão universitária: institucionalização sem exclusão". Revista Educação Superior. Piracicaba: EDUNIMEP, v. 53, p.36-38, 2003.

CRUZ, P.J.S.C. et al. Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Universitária UFPB. 2013

FERREIRA, S.L.; CONDORI, R.C.C. SOUZA, F.E.C. Políticas públicas para saúde e educação: conceito de humanização na formação de enfermeiros. Revista Ambiente educação. v. 12, n. 3, p. 154-169, 2019.

LUSTOSA, S.B. et al. letramento funcional em saúde: experiência dos estudantes e percepção dos usuários da atenção primária. Revista Brasileira De Educação Médica. v.45 n.4, p. e212, 2021.

MENEGHEL, S.N. Contar histórias – experiências e memórias. Revista Brasileira De Educação Médica. v. 46, n.1, p.e038, 2022.

POTTÉR, P. A.; PERRY, A.G. Fundamentos de Enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.2013, p. 121-135

ROSELEM, D.M.G. Enfermagem, Cultura e o Processo Saúde e Doença. Araçatuba; Ed.Ícone; 2004. SIEWERT, J.S. Management of integral care in nursing: reflections under the perspective of complex thinking. Rev Min Enferm. v.21, n.e-1047, p.1-5, 2017.

SILVA, R.C.G. et al. Citizen involvement in scientific activities and extension of knowledge to society. Rev Esc Enferm USP. v.55, n. e20210171, 2021.

SILVA, M.J.; MALFITANO, A.P.S. Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos em Terapia Ocupacional Social como estratégia para a promoção de espaços públicos. Interface (Botucatu). v. 25, n.e200055, 2021.

SOUZA, I.G. et al. Experiências de extensão em educação popular em saúde no enfrentamento à pandemia da Covid-19 na Atenção Primária à Saúde. Interface (Botucatu) v. 26, n. e210146, 2022.

SOUZA, M. C. M. R.; HORTA, N. C. Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SPINK, M. J. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

STEIGLEDER, L.I.; ZUCCHETTI, D.T.; MARTINS, R.L. Trajetória para a curricularização da extensão universitária: atuação do FOREXT e diretrizes nacionais. Revista Brasileira de Extensão Universitária. v. 10, n.3, p.167-174, 2019.

TOMASI, Y.T.; SOUZA, J.B.; MADUREIRA, V.S.F. Diagnóstico comunitário na Estratégia Saúde da Família: potencialidades e desafios. Rev Enferm. UFPE, v. 12, n. 6, p. 1546-1553, 2018.

RACIOCÍNIO CLÍNICO

Envolve o desenvolvimento de atitudes e habilidades para o pensamento crítico. O estudante realiza interpretações, indutivas e dedutivas, de histórias de vida e identifica, com base em evidências científicas, as situações vivenciadas no curso da vida, as respostas humanas e seus fatores relacionados, que estão presentes no processo saúde-doença da pessoa, família e comunidade. Interpreta os achados por meio da reflexão sobre as habilidades de pensamento e hábitos da mente utilizados. Disciplina teórica com vivências práticas extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALFARO-LEFEVRE R. Aplicação do processo de enfermagem: fundamentos para o raciocínio clínico. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CARVALHO, E.C. et al. Raciocínio clínico em enfermagem: estratégias de ensino e instrumentos de avaliação. Rev Bras Enferm. 2017; 70(3):690-6.

Cerullo HASB, Cruz DALM. Raciocínio clínico e pensamento crítico. Rev Latino-am Enfermagem. 2010; 18(1).



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 34 DE 74

FARIA, Gleison et al. RACIOCÍNIO CLÍNICO EM ENFERMAGEM. Saber Científico (1982-792X), v. 9, n. 2, p. 73-84, 2021.

Jensen R et al. Tradução e adaptação cultural para o Brasil do Modelo Developing Nurses'Thinking. Rev Latino-am Enfermagem. V. 22, n.2, p.197-203, 2014.

Silva ERR, Lucena AF e colaboradores. Diagnósticos de enfermagem com base em sinais e sintomas. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Lunney M e colaboradores. Pensamento Crítico para o Alcance de Resultados Positivos em Saúde: Análises e Estudos de Caso em Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MENDONÇA, Susana et al. Raciocínio clínico dos enfermeiros que trabalham no Serviço de Urgência. 2021.

Menezes SSC et al. Raciocínio clínico no ensino de graduação em enfermagem: revisão de escopo. Rev Esc Enferm USP. 2015; 49(6):1037- 44.

Riegel F, Crossetti MGO. Referenciais teóricos e instrumentos para avaliação do pensamentocrítico na enfermagem e na educação. Rev Gaucha Enferm. 2017;39.

SOUZA, Larissa Beatriz Francisca; FERNANDES, Renata Marinho. Desenvolvimento do raciocínio clínico em enfermagem: um relato de experiência: Development of clinical reasoningin nursing: an experience report. Archives of Health, v. 2, n. 4, p. 913-916, 2021.

SOCIOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM

Sociologia como ciência. A contribuição da Sociologia para a enfermagem: A saúde como construção histórica, social e biomédica. Concepções e conceitos da Sociologia da Saúde (articulação entre saúde, doença, corpo, cuidado e valores e poder). Diversidade e desigualdades sociais. O hospital e a medicina social. Medicalização das relações sociais. Representação social da doença. Política Social e Saúde. Papel social da Enfermagem. Cidadania e Saúde. Vivências práticas extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRYAN. Sociologia uma bússola para o novo tempo. São Paulo: Thompson, 2006.

CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, C. Sociologia - questões da atualidade. São Paulo. Moderna, 2010.

FOUCAULT, M. Microfisica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. História da Loucura na idade clássica. 1ed. São Paulo: perspectiva, 1978.

GIDDENS, A. Sociologia. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HELMAN, C.G. Cultura, saúde & doença. 4 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA Jr., H. (org.). O papel da cor, raça/etnia nas políticas de promoção da igualdade. São Paulo: Ceert, 2003.

TESSER, C.D. Medicalização social e atenção à saúde no SUS. Rio. Hucitec, 2010.

VILA NOVA, S. 5 ed. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 2000.

INGLÊS INSTRUMENTAL

Introdução e prática das estratégias de compreensão escrita com vistas à habilitação a uma leitura mais eficiente e independente de textos técnicos e variados em língua inglesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GLENDINNING, E.H.; McEWAN, J. Oxford English for Information Technology. 2a edição. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GRELLET, F. Developing Reading Skills. CUP, 1995.

NUTTALL, C. Teaching Reading Skills in a Foreign Language. Heinemann, 1996.

The English Cambridge Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/Dicionário Cambridge Inglês-Português.Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 35 DE 74

7.2. Segunda Série do Curso

DIRETRIZES PARA O CUIDADO EM SAÚDE

Estudo analítico, reflexivo, crítico com vivência prática extensionista acerca da elaboração e execução de protocolos e diretrizes do cuidado em saúde, com foco no raciocínio clínico da (o) Enfermeira (o) com vistas à integralidade das ações do cuidar em Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALFARO-LEFEVRE R. Aplicação do processo de enfermagem: fundamentos para o raciocínio clínico. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado em saúde. Secretaria de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: delimitação do escopo. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Comissão Nacional De Incorporação De Tecnologias No Sistema Único De Saúde. Protocolos e Diretrizes. Brasília, 2022. Disponível em: http://conitec.gov.br/index.php/protocolos-e-diretrizes

CERULLO, H.A.S.B.; CRUZ, D.A.L.M. Raciocínio clínico e pensamento crítico. Rev Latinoam Enfermagem. v.18, n.1, 2010.

CECHINEL-PEITER, C. et al. Continuidade do cuidado em saúde: análise da produção de teses e dissertações brasileiras. Rev Min Enferm. v. 25, n. e-138, 2021.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Diretrizes para elaboração de protocolos de enfermagem na atenção primária à saúde pelos conselhos regionais. Conselho Federal de Enfermagem. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Diretrizespara-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-protocolos-de-Enfermagem-.pdf

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Diretrizes para elaboração de protocolos de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde pelos Conselhos Regionais. Brasília: Cofen, 2018. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2019/05/Diretrizes-para-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-protocolosde-Enfermagem-.pdf

DAL MOLIN, R.S. (org). Teoria e Prática de Enfermagem da atenção básica à alta complexidade. Guarajá, SP: Editora Científica Digital, 2021.

ECHER, I.C. Elaboração de manuais de orientação para o cuidado em saúde. Revista Latino-Americana de Enfermagem. v. 13, n. 5, p. 754-757, 2005.

FARMACOLOGIA

Conceito e divisões da farmacologia. Farmacocinética. Princípios gerais de ação de fármacos. Mecanismo de ação, interações medicamentosas e reações adversas dos principais grupos de fármacos utilizados na terapêutica. Discussão de casos clínico-farmacológicos e pesquisa sobre medicamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARANSKI, T.J.; CLUTTER, W.E.; MCGRILL, J.B. Endocrinologia e diabetes: Manual Washington de consulta. 3. ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2016.

BRUNTON, L.L.; HILAL-DANDAN, R.; KNOLLMAN, B.C. Goodman e Gilman: as bases farmacológicas da terapêutica. 13. ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2018.

CRAIG, C.R.; STITZEL, R.E. Farmacologia moderna com aplicações clínicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 36 DE 74

FUCHS, F.D.; WANNMACHER, L. Farmacologia clínica e terapêutica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GRAHAME-SMITH D.G.; ARONSON J.K. Tratado de farmacologia clínica e farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

HOWLAND, R.D.; MYCEK, M.J. Farmacologia Ilustrada. 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. KATZUNG, B.G.; TREVOR, A.J. Farmacologia básica e clínica. 13. ed. Rio de Janeiro: AMGH. 2017.

RITTER, J.M.; FLOWER, R.; HENDERSON, G; LOKE, Y.K.; MACEWAN, D; RANG, H.P. Rang & Dale farmacologia. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

SILVA, P. Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

TRIPATHI, K.D. Farmacologia médica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FISIOLOGIA HUMANA E BIOFÍSICA I

Composição e compartimentos funcionais do organismo. Homeostase. Transporte através de membranas biológicas. Osmolaridade e tonicidade. Bioeletrogênese. Fisiologia do sistema nervoso central, periférico e sentidos especiais. Fisiologia e biofísica do músculo esquelético. Fisiologia do sistema endócrino e reprodutor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AIRES MM et al. Fisiologia. 3ª ed. Editora Guanabara Koogan, São Paulo, 2012.

ALBERTS B et al. Biologia molecular da célula. 5ª edição, Artmed, 2010.

BEAR MF, CONNORS BW, PARADISO BW. Neurociências: desvendando o sistema nervoso.3ª ed. Editora Artmed, Porto Alegre, 2010.

CURI R & PROCOPIO J. Fisiologia Básica. 2ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2017.

DURAN JER. Biofísica: conceitos e aplicações. 2ª Ed. Pearson. 2011.

GARCIA EAC. Biofísica. 1ª Ed. Editora Sarvier, São Paulo, 2002.

GUYTON AD & HALL JE. Tratado de Fisiologia Médica. 12ª ed. Editora Elsevier, São Paulo, 2011.

HENEINE IF. Biofísica Básica. 2ª Ed. Editora Atheneu, São Paulo, 2003.

KOEPPEN BM & STANTON BA. Berne & Levy - Fisiologia. 6ª ed. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.

LENT R. Cem bilhões de neurônios? 2ª ed. Editora Atheneu, São Paulo, 2010.

NELSON DL & COX MM. Princípios de bioquímica de Lehninger. 7ª ed. Editora Artmed, 2019.

OKUNO E, CALDAS IL, CHOW C. Física para ciências biológicas e biomédicas. 1ª ed. EditoraHarbra, São Paulo, 1982.

SILVERTHORN DU. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 7ª ed. Editora Artmed, Porto Alegre, 2017.

FISIOLOGIA HUMANA E BIOFÍSICA II

Fisiologia e biofísica dos sistemas cardiovascular, respiratório, digestório e renal. Contração do músculo liso e cardíaco.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AIRES MM et al. Fisiologia. 3ª ed. Editora Guanabara Koogan, São Paulo, 2012.

ALBERTS B et al. Biologia molecular da célula. 5ª edição, Artmed, 2010.

BEAR MF, CONNORS BW, PARADISO BW. Neurociências: desvendando o sistema nervoso.3ª ed. Editora Artmed, Porto Alegre, 2010.

CURI R & PROCOPIO J. Fisiologia Básica. 2ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2017.

DURAN JER. Biofísica: conceitos e aplicações. 2ª Ed. Pearson. 2011.

GARCIA EAC. Biofísica. 1ª Ed. Editora Sarvier, São Paulo, 2002.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 37 DE 74

GUYTON AD & HALL JE. Tratado de Fisiologia Médica. 12ª ed. Editora Elsevier, São Paulo.2011.

HENEINE IF. Biofísica Básica. 2ª Ed. Editora Atheneu, São Paulo, 2003.

KOEPPEN BM & STANTON BA. Berne & Levy - Fisiologia. 6ª ed. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.

LENT R. Cem bilhões de neurônios? 2ª ed. Editora Atheneu, São Paulo, 2010.

NELSON DL & COX MM. Princípios de bioquímica de Lehninger. 7ª ed. Editora Artmed, 2019.

OKUNO E, CALDAS IL, CHOW C. Física para ciências biológicas e biomédicas. 1ª ed. EditoraHarbra, São Paulo, 1982.

SILVERTHORN DU. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 7ª ed. Editora Artmed, Porto Alegre, 2017.

IMUNOLOGIA

Proporcionar o aprendizado sobre Imunologia abordando os seguintes tópicos: Antígenos. Anticorpos. Tecido linfóide. Sistema complemento. Imunidade celular e humoral. Complexo de histocompatibilidade principal. Interação AgXAc. Mecanismos imunológicos de lesão aos tecidos. Autoimunidade. Imunidade a tumores. Imunologia dos transplantes. Imunodeficiências. Imunoprofilaxia. Imunoterapia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; POBER, J.S. Imunologia Celular e Molecular. 8.ed Elsevier. 2015.

AMATO NETO, V.; SILVEIRA BALDY, J.L.; SILVA, L.J. Imunizações. 3.ed. Sarvier: São Paulo. 1991

JANEWAY, J.R.C.A, TRAVERS, P. Imunobiologia. 8. ed. Artes Médicas 2014. Porto Alegre. ROITT, I.; BROSTOFF, J.; MALE, D. Immunology. 6. Ed Mosby. Edinburgh. 2001

MICROBIOLOGIA

Estrutura funcional de células microbianas, fisiologia, classificação e controle do crescimento de populações microbianas. Relações entre patógenos e hospedeiros e as principais doenças de origem microbiana: etiologia, epidemiologia, sintomas, diagnóstico, tratamento, prevenção e controle. Atividades práticas em laboratório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ENGELKINRK, P.G.; DUBEN-ENGELKIRK, L. Microbiologia para as Ciências da Saúde. 9 ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D. C. Medicina. 23 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MADIGAN, M.T. et al. Microbiolohia de Brock. 14 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MIMS, C.A. et al. Microbiologia Médica. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MURRAY, P.R. Miocrobiologia Clínica. 2 ed. vRio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

PELCZAR, M. et al. Microbiologia: Conceitos e aplicações. Volume I e II. 2 ed. São Paulo: Atheneu. 2000.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia, 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia. 6 ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

PARASITOLOGIA HUMANA

Morfobiologia, epidemiologia, profilaxia, patogenia e sintomatologia das principais parasitoses humanas causadas por protozoários, helmintos e artrópodes. Introdução aos métodos de diagnóstico e recursos terapêuticos. A Parasitologia na rotina do profissional de Enfermagem. Atividades práticas em laboratório.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 38 DE 74

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMATO NETO, V. Parasitologia: uma abordagem clínica. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier Brasil, 2008.

CIMERMAN, B. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos. 1.ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

CIMERMAN, B. Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

COURA, J.R. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2. ed. 2013.

DE CARLI, G.A. Parasitologia Clínica. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

NEVES, D. P. Parasitologia humana. 12.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

NEVES, D. P. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2016.

REY, L. Bases da parasitologia médica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

REY, L. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais.4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

ZAMAN, V. Atlas color de parasitologia clínica. 2.ed. Buenos Aires: Médica Panamericana,1994.

PATOLOGIA

Conceitos gerais de processos inflamatórios agudos e crônicos, padrão de morte celular, reparo tecidual e cicatrização. Identificação da etiologia e fisiopatologia de doenças cardiovasculares, neuroendócrinas, nutricionais, respiratórias prevalentes na população.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASILEIRO-FILHO, G.B. Patologia. 8ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. CECIL MEDICINA. Tratado de Medicina Interna. 23 ed. Editora Elsevier, 2010.

ROBBINS & COTRAN. Patologia - Bases Patológicas das Doenças. 8 ed. Editora Elsevier, 2010.

RUBIN, E. et al. Patologia: bases clínico patológicas da medicina. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PRÁTICAS EXTENSIONISTAS II

Práticas extensionistas voltadas a identificação das necessidades de saúde individuais e coletivas de usuários dos serviços de saúde para o cuidado de enfermagem. Socialização do conhecimento e ampliação da capacidade de cuidado humanizado e integral junto à comunidade em diferentes cenários de atuação do enfermeiro. Desenvolver um plano de cuidados introdutório a partir das necessidades de saúde identificadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECK, D.M. Criando a Iniciativa Nightingale para a Saúde Global: reflexões teóricas para seguir os passos de Florence Nightingale. Revista Latino-Americana De Enfermagem, v. 29, n. e3430, 2021.

BACKES, D.S. et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. Ciência & Saúde Coletiva, v.17, n.1, p.223- 230, 2012.

CABRAL, I.E., et al. Vulnerabilidades em saúde da criança durante a pandemia da COVID-19no Brasil e em Portugal. Revista Latino-Americana De Enfermagem, v. 29, n. e3422,

CALDERÓN, A.I. Extensão universitária: institucionalização sem exclusão". Revista Educação Superior. Piracicaba: EDUNIMEP, v. 53, p.36-38, 2003.

CARBOGIM, F.C. et al. Active teaching model to promote critical thinking. Rev Bras Enferm.v.72, n.1, p. 293-298, 2019.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 39 DE 74

CARVALHO, E.C.; OLIVEIRA-KUMAKURA, A.R.S.; MORAIS, S.C.R.V. Clinical reasoning in nursing: teaching strategies and assessment tools. Rev Bras Enferm. v.70, n.3, p.690-6, 2017.

CRIVELARO, P.M.S. Consulta de enfermagem: uma ferramenta de cuidado integral na atenção primária à saúde. Braz. J. of Develop. v. 6, n. 7, p. 49310-49321, 2020.

CRUZ, P.J.S.C. et al. Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Universitária UFPB. 2013

FERREIRA, S.L.; CONDORI, R.C.C. SOUZA, F.E.C. Políticas públicas para saúde e educação: conceito de humanização na formação de enfermeiros. Revista @mbienteeducação. v. 12, n. 3, p. 154-169, 2019.

GUANDALINI, L.S. et al. Cross-cultural adaptation for Brazil and validity of a guide to assist nursing students' clinical reasoning. Int J Nurs Knowl. p.1-10, 2021.

HERDMAN, T.H.; KAMITSURU, S.; LOPES, C.T. Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação - 2021-2023. 12a ed. Porto Alegre: Artmed; 2021.

JENSEN, R. et al. Translation and cultural adaptation for Brazil of the Developing Nurses' Thinking model. Rev. Latino-Am. Enfermagem. v.22, n.2, p.197-203, 2014.

QUEIROZ, R.O., et al. Orientação familiar e comunitária na adolescência: avaliação na estratégia da saúde da família. Revista Latino-Americana De Enfermagem, v. 29, n. e3457,2021.

SANTOS, J.L.G. et al. Competência de comunicação interpessoal entre estudantes de enfermagem. Revista Latino-Americana De Enfermagem, v.27, n. (e3181), 2019.

SIEWERT, J.S. Management of integral care in nursing: reflections under the perspective of complex thinking. Rev Min Enferm. v.21, n.e-1047, p.1-5, 2017.

SILVA, R.C.G. et al. Citizen involvement in scientific activities and extension of knowledge to society. Rev Esc Enferm USP. v.55, n. e20210171, 2021.

SILVA, L.A.R. Reflexões Sobre Noções de Integralidade e Necessidades Sociais em Cuidados de Saúde. Revista Contexto & Saúde. V. 19, n. 37, p. 98-103, 2019.

SOUZA, M. C. M. R.; HORTA, N. C. Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SOUZA, L. B. et al. A intersetorialidade na redução de iniquidades sociais vivenciadas por crianças e adolescentes. Revista Latino-Americana De Enfermagem, v.29, n.e3427, 2021.

SPINK, M. J. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

STEIGLEDER, L.I.; ZUCCHETTI, D.T.; MARTINS, R.L. Trajetória para a curricularização da extensão universitária: atuação do FOREXT e diretrizes nacionais. Revista Brasileira de Extensão Universitária. v. 10, n.3, p.167-174, 2019.

TYO, M.B.; MCCURRY, M.K. An Integrative Review of Clinical Reasoning Teaching Strategies and Outcome Evaluation in Nursing Education. Nurs Educ Perspect. v.40, n.1, p.11-17, 2019.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE E RESISTÊNCIA MICROBIANA

Aspectos clínicos, microbiológicos e epidemiológicos e medidas de prevenção e controle das IRAS. Aborda os microrganismos e mecanismos de resistência bacteriana, as limitações terapêuticas e os fatores envolvidos na disseminação da Resistência Microbiana, com vistas à sua prevenção e controle. Disciplina teórica com vivências práticas na extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. ANVISA. Diretriz Nacional para Elaboração de Programa de Gerenciamento do Uso de Antimicrobianos em Serviços de Saúde, Brasil, Ministério da Saúde, 2017.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 40 DE 74

BRASIL. ANVISA. Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) - 2021 a 2025.

BRASIL. ANVISA. Plano Nacional para a Prevenção e o Controle da Resistência Microbiana nos Serviços de Saúde. Brasil, 2021.

BRASIL. ANVISA. Proposta de competências para prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência em saúde (IRAS) a serem incluídas na matriz curricular nacional para cursos de formação técnica e de graduação na área da saúde. Brasil, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única. Ministério da Saúde, 2018.

BURNETT, E. Outcome competences for practitioners in infection prevention and control. Journal of Infection Prevention. v.12 n 2, 2011.

Canada. Infection Prevention and Control (IPAC). Infection Prevention and Control (IPAC) Program Standard. Can J Infect Control. v.30, n.(Suppl), p.1-97, 2016.

CARDOSO, N.Q. et al. Acidente com Material Biológico sob a Ótica dos Estudantes de Enfermagem: Reflexões para o Ensino. Enferm Foco. v.10, n.3, p. 2-8, 2019.

COURTENAY M, et al., Development of Consensus Based International Antimicrobial Stewardship Competencies for Undergraduate Nurse Education. Journal of Hospital Infection. v.103, n.3, p.244-250, 2019.

ECDC. European Centre for Disease Prevention and Control. Core competencies for infection control and hospital hygiene professionals in the European Union.Stockholm:ECDC; 2013.

HAYESA, C. et al. Improving educator's knowledge and confidence to teach infection prevention and antimicrobial resistance. Health Education Journal v. 80, n.2, 2021.

HINRICHSEN, S.L. Biossegurança e Controle de Infecções Risco Sanitário Hospitalar. 3ed. GEN/Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 2018.

HINRICHSEN, S.L. Qualidade e Segurança do Paciente. Gestão de Riscos. MEDBOOK. 2012.

WHO. Guidelines on core components of infection prevention and control programmesat the national and acute health care facility level. Geneva: World Health Organization; 2016.

WHO. Minimum requirements for infection prevention and control. Geneva: World HealthOrganization; 2019.

WHO. Interim Practical Manual supporting national implementation of the WHO. Guidelines on Core Components of Infection Prevention and Control Programmes. Geneva: World Health Organization; 2017.

WHO. Patient Safety Curriculum Guide: multi-professional edition.

SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA I

Semiologia e semiotécnica de Enfermagem. Ensino teórico-prático dos procedimentos fundamentais ao cuidado de enfermagem aos usuários atendidos em serviços de saúde, considerando suas características individuais. Desenvolvimento de metodologias de cuidado de enfermagem. Habilidades cognitivas e psicomotoras em laboratório de procedimentos de enfermagem e em instituições de saúde. Aulas práticas em laboratório e Cenário Clínico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, R.; ARAGÃO, D. P. Orientação ao paciente antes da realização de exames laboratoriais. RBAC. v.51, n.2, 2019. Disponível em: http://www.rbac.org.br/artigos/orientacao-ao-paciente-antes-da-realizacao-de-exames- laboratoriais. Acesso: 05 maio 2022.

BARROS, A.LB. Anamnese e Exame Físico. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2021.

BARROS, Alba Lucia Bottura de; Juliana de Lima; MORAIS, Sheila Coelho Ramalho. Procedimentos de Enfermagem para a Prática Clínica.1ed., 2019.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 41 DE 74

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa, 2015.

BRASIL. Instituto para práticas seguras do uso de medicamentos. Medicamentos por cateter nasoenteral. Disponível em: Acesso: 01 maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia para preparo de medicamentos injetáveis. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Ministério da Educação. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de atenção especializada e temática. Guia para uso de hemocomponentes. 2ª Ed. Brasília. 2015.

BRASIL. Plano Nacional para a Prevenção e o Controle da Resistência Microbiana nos Serviços de Saúde, 2017.

BRASIL. Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. 2017.

BRASIL. RDC Nº 222, de 28 de março de 2018. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. 2018.

BRASIL. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa. 2010.

CARMAGNANI, M.I. Procedimentos de enfermagem: guia prático. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

COFEN. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Parecer nº 7/2013. Competência do enfermeiro para troca de cânula de traqueostomia.

COFEN. Resolução nº 588/2018. Atuação da equipe de enfermagem no processo de transporte de pacientes em ambiente interno aos serviços de saúde. 2018. http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-588-2018_66039.html

COFEN. Resolução nº 629/2020 – Norma técnica para atuação da equipe de enfermagem em hemoterapia. 2020.

COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo. Manual de Simulação Clínica para Profissionais de Enfermagem. São Paulo-SP, 2020.

COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo. Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento. São Paulo: COREN-SP, 2017

COSTA, E. C. L.; et al. Cuidados para a prevenção de complicações em pacientes traqueostomizados. Revista de Enfermagem UFPE on-line, Recife, v. 13, n.1, p. 169- 178, ian. 2019.

FERREIRA NETO, C.B.J. (org.). Protocolo de utilização de medicamentos injetáveis do HURCG. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2019.

KAWAMOTO, E.E. Fundamentos de enfermagem. São Paulo: EPU, 2017.

LEVITZKY, M. G. Fisiologia pulmonar.8. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

MALAGUTTI, William. Feridas. Conceitos e Atualidades. 1. ed. São Paulo: Martinari, 2015.

MALISKA, I.C.A; HONÓRIO, M.T. Materiais padronizados para o tratamento de feridas: manual de consulta rápida.Grupo Interdisciplinar de Cuidados com a Pele,Florianópolis – SC. 2020.

MOURA, L.L. Guia farmacêutico: 2020-2021. Elaboração Comissão de Farmácia e Terapêutica. — Rio de Janeiro: Dep.de Farmácia do Hospital Naval Marcílio Dias, 2020. 212p

NATIONAL PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL (NPUAP). Classificação lesão por pressão. 2019.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 42 DE 74

OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. O Exercício da Enfermagem - Uma Abordagem Ético Legal. São Paulo: Guanabara, 2019. PARANÁ, Secretaria do Estado da Saúde. Centro de hematologia e hemoterapia do Paraná. Manual de orientação hemoterápica. 2020.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Saúde. Resolução nº 1046/2021. Instituir as Diretrizes Estaduais de Segurança do Paciente no Estado do Paraná. Disponível: https://www.documentador.pr.gov.br.

PERRY, A.G; POTTER, P. Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem.9ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2021.

POSSO, M.B.S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. 2.ed.São Paulo: Atheneu, 2021.

RAMOS, L.R, OLIVEIRA, M.V, SOUZA C. Avaliação de variáveis pré-analíticas em exames laboratoriais de pacientes atendidos no Laboratório Central de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, v.56, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria estadual de saúde. Diretrizes para oxigenoterapia e ventilação domiciliar. Florianópolis, 2019.

SILVA, M.T, PRADO, S.R. Cálculo e Administração de Medicamentos na Enfermagem.6 ed. Martinari: 2021.

TOLEDO, L.V; et al. Effects of dry and traditional bed bathing on respiratory parameters: arandomized pilot study. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 28, 2020.

SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA II

Fundamentos teóricos com vivências práticas e extensionistas de Enfermagem visando desenvolver, no aluno, habilidades, conhecimentos e atitudes que o capacite a prestar assistência de enfermagem ao indivíduo. Medidas de biossegurança, realização dos procedimentos de enfermagem para cuidado ao paciente inserido na rede de serviços à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, R.; ARAGÃO, D. P. Orientação ao paciente antes da realização de exames laboratoriais. RBAC. v.51, n.2, 2019. Disponível em: http://www.rbac.org.br/artigos/orientacao-aopaciente-antes-da-realizacao-de-exames-laboratoriais. Acesso: 05 maio 2022.

BARROS, A.LB. Anamnese e Exame Físico. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2021.

BARROS, Alba Lucia Bottura de; Juliana de Lima; MORAIS, Sheila Coelho Ramalho. Procedimentos de Enfermagem para a Prática Clínica.1ed., 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços desaúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa, 2015.

BRASIL. Instituto para práticas seguras do uso de medicamentos. Medicamentos por cateter nasoenteral. Disponível em: Acesso: 01 maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia para preparo de medicamentos injetáveis. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Ministério da Educação. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de atenção especializada e temática. Guia para uso de hemocomponentes. 2ª Ed. Brasília. 2015.

BRASIL. Plano Nacional para a Prevenção e o Controle da Resistência Microbiana nosServicos de Saúde, 2017.

BRASIL. Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.2017.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 43 DE 74

BRASIL. RDC Nº 222, de 28 de março de 2018. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. 2018.

BRASIL. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa. 2010.

CARMAGNANI, M.I. Procedimentos de enfermagem: guia prático.2.ed.Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2017.

COFEN. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Parecer nº 7/2013. Competência do enfermeiro para troca de cânula de traqueostomia.

COFEN. Resolução nº 588/2018. Atuação da equipe de enfermagem no processo de transporte de pacientes em ambiente interno aos serviços de saúde. 2018. http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-588-2018_66039.html

COFEN. Resolução nº 629/2020 – Norma técnica para atuação da equipe de enfermagem em hemoterapia. 2020. COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo. Manual de Simulação Clínica para Profissionais de Enfermagem. São Paulo-SP, 2020.

COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo. Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento. São Paulo: COREN-SP, 2017.

COSTA, E. C. L.; et al. Cuidados para a prevenção de complicações em pacientes traqueostomizados. Revista de Enfermagem UFPE on-line, Recife, v. 13, n.1, p. 169- 178, 2019.

FERREIRA NETO, C.B.J. (org.). Protocolo de utilização de medicamentos injetáveis do HURCG. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2019.

KAWAMOTO, E.E. Fundamentos de enfermagem. São Paulo: EPU, 2017.

LEVITZKY, M. G. Fisiologia pulmonar.8. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

MALAGUTTI, William. Feridas. Conceitos e Atualidades. 1. ed. São Paulo: Martinari, 2015. MALISKA, I.C.A; HONÓRIO, M.T. Materiais padronizados para o tratamento de feridas: manual de consulta rápida. Grupo Interdisciplinar de Cuidados com a Pele, Florianópolis – SC. 2020

MOURA, L.L. Guia farmacêutico: 2020-2021. Elaboração Comissão de Farmácia e Terapêutica. — Rio de Janeiro: Dep.de Farmácia do Hospital Naval Marcílio Dias, 2020. 212p

NATIONAL PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL (NPUAP). Classificação lesão por pressão. 2019.

OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. O Exercício da Enfermagem - Uma Abordagem Ético Legal. São Paulo: Guanabara, 2019.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Saúde. Centro de hematologia e hemoterapia do Paraná. Manual de orientação hemoterápica. 2020.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Saúde. Resolução nº 1046/2021. Instituir as Diretrizes Estaduais de Segurança do Paciente no Estado do Paraná. Disponível: https://www.documentador.pr.gov.br.

PERRY, A.G; POTTER, P. Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem.9ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2021.

POSSO, M.B.S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2021.

RAMOS, L.R, OLIVEIRA, M.V, SOUZA C. Avaliação de variáveis pré-analíticas em exames laboratoriais de pacientes atendidos no Laboratório Central de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, v.56, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria estadual de saúde. Diretrizes para oxigenoterapia e ventilação domiciliar. Florianópolis, 2019.

SILVA, M.T, PRADO, S.R. Cálculo e Administração de Medicamentos na Enfermagem.6ed. Martinari:2021. TOLEDO, L.V; et al. Effects of dry and traditional bed bathing on respiratory



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 44 DE 74

parameters: a randomized pilot study. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 28, 2020.

PROCESSO DE ENFERMAGEM

Aborda o processo de enfermagem as principais teorias de Enfermagem sua aplicabilidade no ciclo vital considerando o contexto institucional e familiar, bem como o desenvolvimento de habilidades relacionadas a este cuidado em ações de promoção, recuperação e reabilitação da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (CIE). CIPE® Versão 2017. Tradução de T. R. Garcia. In: GARCIA, T. R. (org.) Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem: versão 2017. 1. ed. São Paulo: Artemed, 2017. 264 p.

CUBAS, M. R.; NÓBREGA, M. M. L. da. Atenção primária em saúde: diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 328 p.

DE MORAES, A. M.; VASCONCELOS, D. V.; IMBIRIBA, T. C. O. Os desafios da anamnese e exame físico na sistematização da assistência de enfermagem-SAE: revisão integrativa de literatura. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p.3261-3281, 2021.

GEORGE, J. B. et al. Teorias de enfermagem: os fundamentos à prática profissional. 4. ed.Porto Alegre: ARTMED, 2000. 355 p.

INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES. Guidelines for ICNP® catalogue development. Genebra: International Council of Nurses, 2008. Disponível em: https://www.icn.ch/sites/default/files/inline-files/icnp_catalogue_development.pdf. Acesso em:24 jan. 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO 18104: 2014. Health informatics: categorial structures for representation of nursing diagnoses and nursing actions in terminological systems. Genebra, 2014. Disponível em: https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:18104:ed-1:v1:en. Acesso em: 02 ago. 2018.

LEOPARDI, M. T. Teorias em enfermagem: instrumentos para a prática. Florianópolis: Papa-Livros, 1999. 226 p.

PICOLO, P. M.; JUSTINO, E. T. Sistematização da assistência de enfermagem a pacientes com acidente vascular cerebral em unidade de terapia intensiva. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 2, n. 4, p. 190-190, 2021.

TANNURE, M. C.; PINHEIRO AM. SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem: guia prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 298 p.

HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. São Paulo: EPU, 2007.99p.

7.3 Terceira Série do Curso

ENFERMAGEM EM CUIDADOS INTENSIVOS

Desenvolvimento das competências necessárias à atuação do enfermeiro em Unidades de Terapia Intensiva Adulto (UTI). Reflexão sobre o contexto teórico prático da assistência em UTI, com base nos diversos protocolos existentes para atendimento ao paciente crítico. Compreensão sobre as características do setor, normativas que regulamentam às UTIs, conhecimento dos equipamentos, medicações. Estudo dos sinais e sintomas dos pacientes frente ao desequilíbrio das suas funções orgânicas, bem como elaboração e entendimento do processo de enfermagem frente ao paciente crítico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Resolução N $^{\circ}$ 2.271, De 14 De Fevereiro De 2020. Disponível em:https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.271-de-14-defevereiro-de-2020-253606 068. Acesso em 02 de maio de 2022.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 45 DE 74

BROWN, D.L. Cardiac Intensive Care. 3ªed. Elsiever, Philadelphia, PA. 2019. Disponível em:https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

BRASIL. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020. Disponível em:https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/diretrizes-da-sociedadebrasileira-de-diabetes-2019-2020/. Acesso em 02 de maio de 2022.

DAVIS, F.A. ECG Success Exercises in ECG Interpretation_2008. Philadelphia, PA, 2008.

DISQUE, K. Advanced Cardiac Life Suport-ACLS, Provider Handbook. Las Vegas, NE, 2016. Disponível em: https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

HALL, J.E. Medical Phisiology. 13^aed. Elsiever, Philadelphia, PA. 2016. Disponível em: https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

KIZIOR, R.J, HODGSON, K.J. Nursing Drug Handbook. Elsiever, Philadelphia, PA. 2021. Disponível em: https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

KNOBEL, E. Condutas no Paciente Grave. 4 Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018.

MORTON, P.G.; FONTAINE, D.K. Cuidados Críticos de Enfermagem - Uma abordagem holística. 9Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NICOLAU, J.C. et al. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST – 2021. Disponível em: https://abccardiol.org/wpcontent/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-117-01-0181/0066-782X-abc-117-01-0181.x44344.pdf. Acesso em 02 de maio de 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Sistema Estadual de Transplantes. Manual para Notificação, Diagnóstico de Morte Encefálica e Manutenção do Potencial Doador de Órgãos e Tecidos. Curitiba: SESA/SGS/CET, 2018. 68 p. Disponível em:www.paranatransplantes.pr.gov. Acesso em 02 de maio de 2022.

ENFERMAGEM EM EMERGÊNCIA

Disciplina teórico-prática. Contextualização dos serviços de urgência e emergência. Fundamentação teórica e prática da assistência de enfermagem em situações de emergência clínica e traumática no ambiente pré-hospitalar e intrahospitalar. Aplicação do raciocínio clínico, pensamento crítico e princípios da prática baseada em evidências com vivências práticas extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACLS. Provider Manual. American Heart Association. 2021. AHA. Destaques das diretrizes de RCP e ACE de 2020 da American Heart Association. American Heart Association. 2020. AMLS. Atendimento Pré-Hospitalar às Emergências Clínicas: Advanced Medical Life Support. Jones & Bartlett. 2ª ed. 2018.

ATLS. Suporte Avançado de Vida no Trauma. Colégio Americano de Cirurgiões - Comitê do Trauma. 10° ed. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo da rede de atenção às urgências e emergências no Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. 2013.

CUELLAR ERAZO, G. A.; STARLING, S. V.; PIRES, M. T. B. Manual de urgências em pronto-socorro. Guanabara Koogan. 979 p. 8. ed. 2017.

KNOBEL, E. Condutas no paciente grave. Atheneu. 4ª ed. 2016.

MACONOCHIE, I. K., et al. Pediatric Life Support 2020 international consensus on cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care science with treatment recommendations. Pediatrics, v. 147, n. Supplement 1, 2021.

PHTLS. Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado. Artmed. 9ª ed. 2020.

SANTOS, N. C. M. Urgência e emergência para enfermagem: Do atendimento pré hospitalar (APH) à sala de emergência. Editora Érica, 7ª ed. 2018.

TOBASE, L.; TOMAZINI, E. A. S. Urgências e Emergências em Enfermagem. Guanabara Koogan. 2017.

TOPIJAM, A. A., et al. Part 4: Pediatric basic and advanced life support: 2020



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 46 DE 74

American Heart Association guidelines for cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care. Circulation. v. 142, n. 16, p. S469-S523. 2020.

VELASCO, I. T. et al. Medicina de emergência: abordagem prática. Manole. 14ª ed. 2019.

ENFERMAGEM EM SAÚDE DO ADULTO

Análise das condições de vida e saúde do adulto com relação aos aspectos biopsicossociais e epidemiológicos. Promoção, prevenção e reabilitação do adulto no processo saúdedoença. Metodologia da assistência de enfermagem aplicada ao adulto no contexto da atenção primária e em tratamento clínico no ambiente hospitalar. Atuação de enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos. Vivências práticas e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Alba Lucia Bottura Leite D. Anamnese e Exame Físico: Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto. 4°ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Obesidade. Cadernos de Atenção Básica, n.38. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2014.

BULECHEK, G.M. et al., Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC). 7ª ed. Rio deJaneiro: Guanabara Koogan, 2020.

CARDOSO, A.P. et al, (ed.). Diagnóstico e Tratamento em Pneumologia: Sociedade de Pneumologia e Tisiologia do Estado do Rio de Janeiro. 1. ed. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CARPENITO, LJ. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica. 15° ed. Porto Alegre. Artmed. 2019.

CARPENITO, LJ. Plano de cuidados de enfermagem e documentação. Diagnóstico de enfermagem e problemas colaborativos, 5ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2011.

CECIL - Tratado de Medicina Interna - 25ª Ed Guanabara Koogan: Rio de janeiro, 2018.

DOENGES, Marilynn E.; MOORHOUSE, Mary F.; MURR, Alice C. Diagnóstico de Enfermagem, 14ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

EPSTEIN, O. et al.. Exame Clínico. 2 ed. Porto Alegre: Artmed. 1998.

FISCHACH, F; DUNNING III, M. B. Exames laboratoriais e diagnósticos em Enfermagem. 9°ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2016.

GIOVANI, AMM. Enfermagem: cálculo e administração de medicamentos. 15° ed. Ridel. 2019.

GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de Fisiologia Médica. 14. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. 1120 p.

INTERNATIONAL, NANDA; HERDMAN, T H.; KAMITSURU, Shigemi. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: Definições e Classificação - 2021-2023. Porto Alegre: Artmed.2021.

IZAR, Maria Cristina de Oliveira. Tratado de cardiologia SOCESP. CONSOLIM- COLOMBO, Fernanda M.; SARAIVA, José Francisco Kerr (ed.). 4. ed. rev. atual. e aum. [S. I.]: Manole, 2019. 1616 p.

JOHNSON, M. Ligações entre NANDA, NOC – NIC, 3° ed. Guanabara Koogan. 2012.

LOUIS, Elan D.; ROWLAND, Lewis P.; MAYER, Stephan A. Merritt - Tratado de Neurologia. 13. ed. rev. e atual. [S. I.]: Guanabara Koogan, 2018. 1428 p.

MOORHEAD S. et al., Classificação dos Resultados de Enfermagem (NOC). 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

PORTO, C.C. Exame Clínico. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 8ª ed. 2017.

QUILICI, Flávio Antonio; SANTANA, Nelma Pereira de; GALVÃO-ALVES, José (ed.). A gastroenterologia no século XXI: Manual do residente da Federação Brasileira de Gastroenterologia. Barueri: Manole, 2019.

RIELLA, MC. Princípios de nefrologia e distúrbios hidroeletrolíticos. 6º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 47 DE 74

VILAR, L. Endocrinologia clinica. 7º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

ENFERMAGEM EM SAÚDE DO IDOSO

O processo saúde/doença no envelhecer humano. Políticas Públicas de Atenção à Pessoa Idosa. Epidemiologia do envelhecimento. Síndromes Geriátricas. Aspectos teóricos relacionados à assistência de enfermagem em nível individual e coletivo, domiciliar e institucional da pessoa idosa sadia ou em adoecimento, com enfoque epidemiológico e social. Vivências práticas extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Estatuto do Idoso: lei no. 10.741, de 01 de outubro de 2003, e legislação correlata. Brasília: Centro de documentação e informação, 2008.

CATALDO NETO, A. et al. Atualizações em Geriatria e Gerontologia. VI: Envelhecimento e Saúde Mental. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2017.

CURIATI, J.A.E. et al. Manual de Urgências e Emergências Geriátricas. São Paulo: Atheneu, 2019.

DI TOMMASO, A.B.G. et al. Geriatria: Guia Prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

DUARTE, P.O.; AMARAL, J.R.G. Geriatria: prática clínica. Barueri (SP): Manole, 2020.

ELIOPOULOS, C. (org.) Enfermagem gerontológica. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FREITAS, E.V. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

SANCHEZ, M.A.; VERAS, R.P.; LOURENÇO, R.A. Formação Humana em Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2019.

TERRA, N.L. et al. Geriatria e Gerontologia Clínica. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2020. WILLIAMS, B.A.; CHANG, A. (org.). Current geriatria: diagnóstico e tratamento. 2ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA E CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO

Visão organizacional e administrativa da central de materiais e esterilização. Boas práticas para o processamento de produtos para saúde. Processo de Enfermagem, Processo de Enfermagem aplicados à pessoa adulta e idosa no perioperatório (Pré, trans e pós operatório) e Recuperação Anestésica, amparados em bases científicas, metodológicas, éticas e legais, da profissão. Disciplina teórica com inserções de reflexões em EAD e vivências práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APCIH. Associação Paulista de Epidemiologia e Controle de Infecção Relacionada a Assistência à Saúde. Limpeza, desinfecção e esterilização de produtos para saúde. 4aed.São Paulo; 2021.

ARAÚJO, I.A. et al. Conflitos ético-morais na assistência de enfermagem no período perioperatório. Health Residencies Journal, v. 3, n. 14, p. 890-911, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC n. 50, de 21/02/2002. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 20/03/2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RDC nº 15, março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde. Brasília: DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Fiocruz. Portaria nº529, de 1 de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Protocolo para cirurgia segura. Brasília – DF, 2013.

LANDARIN S. et al. Estratégias que contribuem para a visibilidade do trabalho do enfermeiro na central de material e esterilização. Texto & Contexto Enfermagem, v. 27, n. 1, 2018.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 48 DE 74

OMS. Organização Mundial da Saúde. Manual de Implementação: Lista de verificação de segurança cirúrgica da OMS 2009.

Cirurgia segura salva vida. Tradução de OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, DF, 2014.

RIEGEL, F; OLIVEIRA, N.N.J. Centro cirúrgico, recuperação pós anestésica e esterilização para enfermagem. 1° ed. Porto Alegre; 2019. Editora Moriá

SILVA, E.S. et al. Relevância da sistematização da assistência de enfermagem perioperatória para a segurança do paciente: revisão integrativa. Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza, v. 2, 2022.

SOBECC. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico. Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. Diretrizes de práticas em enfermagem cirúrgica e processamento de produtos para a saúde. 8ª ed. São Paulo, 2021.

TANAKA, A.K.S.R. et al. Cartilha de orientações sobre cuidados em Sala de Recuperação Pós-Anestésica. 2021.

TRENTINI, A.H.; SCHUEDA, M.A.; REIS, M.R. Indicadores como aliados na gestão do centro cirúrgico. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 9, p. 69122-69129, 2020.

ESTUDOS DE EVENTOS EM SAÚDE I

Disciplina teórico-prática com desenvolvimento do raciocínio crítico sobre eventos de saúde. Prática profissional do Enfermeiro baseado em evidências possibilitando a intervenção diretiva frente aos eventos observados como forma de análise e investigação no cenário profissional da Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, J.A.B.; SPIRI, W.C.; BOCCHI, S.C.W. Indicadores de qualidade em enfermagem com ênfase no centro cirúrgico: revisão integrativa da literatura. Rev. SOBECC, v.22, n.1, p. 42-51, 2017.

BÁO, A.C.P. et al. Indicadores de qualidade: ferramentas para o gerenciamento de boas práticas em saúde. Rev Bras Enferm. v.72, n.2, p.377-84, 2019.

BARSAGLINI, R.; PORTUGAL, S.; MELO, L. Experiência, Saúde, Cronicidade: um olhar socioantropológico. Editora FIOCRUZ, 2021.

BECKER, R.M. et al. Práticas de cuidado dos enfermeiros a pessoas com Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Rev Bras Enferm. v.71, n.(suppl 6), p.2800-7, 2018.

BUGHAY, J. et al. Indicadores de segurança do paciente. Revista de Saúde Pública do Paraná. v.2., n.1, 2019.

LEANDRO, B. B. S. et al. (org) Informações e registros em saúde e seus usos no SUS.Editora FIOCRUZ, 2020.

MELGAREJO, C.R.V.; MASTROIANNI, P.C.; VARALLO, F.R. Promoção da cultura de notificação de incidentes em saúde. Editora UNESP, 2019.

MEZA, H.E. Vigilância epidemiológica na enfermagem: concepções e objeto de ação. 2011. 97 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2011.

MINAYO, M.C.S.; MIRANDA, A.C: Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Editora FIOCRUZ. 2002. https://doi.org/10.7476/9788575413661

SANTOS, S.V.M. et al. Características Socioeconômicas, Epidemiológicas e Laborais de Profissionais de Enfermagem Hospitalar. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. n. 7:e1391, 2017.

SEIFFERT, L.C. et al. Indicadores de efetividade da assistência de enfermagem na dimensão segurança do paciente. Rev Bras Enferm. v.73, n.3, p.e20180833, 2020.

SILVA, D.M.G.V. et al. Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem: Cronicidade e suas inter-relações na atenção à saúde. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2013. 121 p.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 49 DE 74

ESTUDOS DE EVENTOS EM SAÚDE II

Disciplina teórico-prática com vivências práticas extensionistas, acerca de eventos em saúde. Desenvolvimento de visão analítica, crítica, ativa e intervencionista da Enfermagem e seu papel no contexto de ambiente de trabalho e sociedade, com vistas a adoção de medidas que avancem na qualidade de vida e no cuidado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, R.; HAYASHI, C. R. M. Avaliação empírica de um instrumento de pesquisa socioambiental: a relevância do diagnóstico participativo. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 53,p. 5-24, 2020.

BENTO, D.G. O gerenciamento de resíduos de serviço de saúde sob a ótica dos profissionaisde enfermagem. Texto contexto - enferm. v. 26, n.1, 2017.

BEZERRA, S. T. F. et al. Promoción de la salud: la calidad de vida en las prácticas de enfermeira. Enfermería Global. n. 32, p. 270-9. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil, 2021. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118p.

BRUZOS, G.A.S. et al. Meio ambiente e enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. Saúde Soc., v.20, n.2, p.462-469, 2011.

CERQUEIRA, D.R.C. Uma análise da base de dados do Sistema de Informação Hospitalar entre 2001 e 2018: dicionário dinâmico, disponibilidade dos dados e aspectos metodológicos para a produção de indicadores sobre violência. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. 160p.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Proposta de Política Ambiental do Cofen. Brasília, 2013.

DAL MOLIN, R.S. (org). Teoria e Prática de Enfermagem da atenção básica à alta complexidade. Guarajá, SP: Editora Científica Digital, 2021.

DJONÚ, P. et al. Objectives of sustainable development and conditions of health risk areas. Featured Topics Ambient. soc., v. 21, 2018.

FERREIRA, N.C.L.Q. et al. Avaliação dos padrões de qualidade da assistência de enfermagem com indicadores de processo. Cogitare Enfermagem, v. 24, 2019.

FREITAS, C.M.; BARCELLOS, C.; VILLELA, D.A. M. Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde. Série Informação para ação na Covid-19, Fiocruz, 2021.

FURUKAWA, P.O. et al. Características dos profissionais de enfermagem e a prática de ações ecologicamente sustentáveis nos processos de medicação. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2017.

GOMES, E.C.S. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

LIMA, A.P.S; CHIANCA,T.M; TANNURE, M.C. Avaliação da assistência de enfermagem utilizando indicadores gerados por um software. Rev. Latino-Am. Enfermagem. v. 23, n. 2, p. 234-41, 2015.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Perspectivas e contribuições da enfermagem para promover a saúde universal. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020.

SANTOS, S.V.M. et al. Características Socioeconômicas, Epidemiológicas e Laborais de Profissionais de Enfermagem Hospitalar. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. n. 7:e1391, 2017.

GERENCIAMENTO DO USO DE ANTIMICROBIANO

Aborda os aspectos básicos para implementação do programa de gerenciamento do uso de antimicrobianos nos serviços de saúde. Disciplina teórica com inserções de vivências práticas extensionistas.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 50 DE 74

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. ANVISA. Diretriz Nacional para Elaboração de Programa de Gerenciamento do Uso de Antimicrobianos em Serviços de Saúde, Brasil, Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. ANVISA. Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) - 2021 a 2025.

BRASIL. ANVISA. Plano Nacional para a Prevenção e o Controle da Resistência Microbiana nos Servicos de Saúde. Brasil, 2021.

BRASIL. ANVISA. Proposta de competências para prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência em saúde (IRAS) a serem incluídas na matriz curricular nacional para cursos de formação técnica e de graduação na área da saúde. Brasil, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única. Ministério da Saúde, 2018.

BURNETT, E. Outcome competences for practitioners in infection prevention and control. Journal of Infection Prevention. v.12 n 2, 2011.

Canada. Infection Prevention and Control (IPAC). Infection Prevention and Control (IPAC) Program Standard. Can J Infect Control. v.30, n.(Suppl), p.1-97, 2016.

CARDOSO, N.Q. et al. Acidente com Material Biológico sob a Ótica dos Estudantes de Enfermagem: Reflexões para o Ensino. Enferm Foco. v.10, n.3, p. 2-8, 2019.

COURTENAY M, et al., Development of Consensus Based International Antimicrobial Stewardship Competencies for Undergraduate Nurse Education. Journal of Hospital Infection. v.103, n.3, p.244-250, 2019.

ECDC. European Centre for Disease Prevention and Control. Core competencies for infection control and hospital hygiene professionals in the European Union.Stockholm:ECDC: 2013.

HAYESA, C. et al. Improving educator's knowledge and confidence to teach infection prevention and antimicrobial resistance. Health Education Journal v. 80, n.2, 2021.

HINRICHSEN, S.L. Biossegurança e Controle de Infecções Risco Sanitário Hospitalar. 3ed. GEN/Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 2018.

HINRICHSEN, S.L. Qualidade e Segurança do Paciente. Gestão de Riscos. MEDBOOK. 2012.

WHO. Guidelines on core components of infection prevention and control programmes at the national and acute health care facility level. Geneva: World Health Organization; 2016.

WHO. Minimum requirements for infection prevention and control. Geneva: World HealthOrganization; 2019.

WHO. Interim Practical Manual supporting national implementation of the WHO. Guidelines on Core Components of Infection Prevention and Control Programmes. Geneva: World Health Organization; 2017.

WHO. Patient Safety Curriculum Guide: multi-professional edition.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Propósitos da pesquisa científica e suas etapas. Reflexões teóricas e Ead sobre os fundamentos da Metodologia. Tipos de pesquisa, planos para elaboração de trabalhos científicos. Uso de fontes de pesquisa confiáveis. Ética na pesquisa científica. Produção de projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRESWELL, J.W. Projeto de pesquisa métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 3Ed.Porto Alegre, Artmed, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7Ed. São Paulo: Atlas, 2022.

OSELKA, G. Bioética clínica: reflexões e discussões sobre casos selecionados. São Paulo: Centro de Bioética, 2008.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 1Ed. São Paulo: Cortez, 2013.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 51 DE 74

SOARES, A.G. et al. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis: FUNEPE, 2018. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 4Ed. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

PRÁTICAS EXTENSIONISTAS III

Desenvolvimento de atividades extensionistas com construção coletiva de estratégias e ações respaldada no diagnóstico de enfermagem compreendendo fatores clínicos, individuais e coletivos, e determinantes e condicionantes de riscos socioambientais e de saúde em diversos cenários de prática do Enfermeiro. Ênfase no cuidado centrado no adulto, idoso, saúde mental e perioeperatória e a tripla carga de doenças que emergem o cenário brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECK, D.M. Criando a Iniciativa Nightingale para a Saúde Global: reflexões teóricas para seguir os passos de Florence Nightingale. Revista Latino-Americana De Enfermagem, v. 29, n. e3430, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 28 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Editora do Ministério da Saúde,2013. 84 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil, 2021. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_home m.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, 108 p

CARBOGIM, F.C. et al. Active teaching model to promote critical thinking. Rev Bras Enferm.v.72, n.1, p. 293-298, 2019.

CARVALHO, C.H.R. Custos dos acidentes de trânsito no brasil: estimativa simplificada com base na atualização das pesquisas do IPEA sobre custos de acidentes nos aglomerados urbanos e rodovias. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020, 26p.

CARVALHO, E.C.; OLIVEIRA-KUMAKURA, A.R.S.; MORAIS, S.C.R.V. Clinical reasoning in nursing: teaching strategies and assessment tools. Rev Bras Enferm. v.70, n.3, p.690-6 2017

CERQUEIRA, D. Atlas da Violência. São Paulo: FBSP, 2021. 108p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia/2021completo.pdf

CERQUEIRA, D.R.C. Uma análise da base de dados do Sistema de Informação Hospitalar entre 2001 e 2018: dicionário dinâmico, disponibilidade dos dados e aspectos metodológicos para a produção de indicadores sobre violência. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. 160p.

OLIVEIRA NETO, L.; CARNEIRO, M.B.; LISBOA FILHO, P.N. Universidade e sociedade. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2015.

POTTER, P. A.; PERRY, A.G. Fundamentos de Enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.2013, 1372p.

SANTOS, J.L.G. et al. Competência de comunicação interpessoal entre estudantes de enfermagem. Revista Latino-Americana De Enfermagem, v.27, n. (e3181), 2019.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 52 DE 74

SANTOS, K.C. Atenção à saúde do homem: construção e validação de instrumento para consulta de enfermagem. Rev Bras Enferm. v.73, n.3, p.e20190013, 2020.

SIEWERT, J.S. Management of integral care in nursing: reflections under the perspective ofcomplex thinking. Rev Min Enferm. v.21, n.e-1047, p.1-5, 2017.

SILVA, L.A.R. Reflexões Sobre Noções de Integralidade e Necessidades Sociais em Cuidados de Saúde. Revista Contexto & Saúde. V. 19, n. 37, p. 98-103, 2019.

SILVA, R.C.G. et al. Citizen involvement in scientific activities and extension of knowledge tosociety. Rev Esc Enferm USP. v.55, n. e20210171, 2021.

SAÚDE MENTAL E ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA

Disciplina teórica com vivências práticas e extensionistas e com EaD sobre as seguintes temáticas: Contextualização do histórico da Saúde Mental e da Enfermagem Psiquiátrica. Estudo da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Estruturação e Funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e das Políticas Públicas de saúde vigentes em saúde mental. Reflexões sobre a assistência de Enfermagem no campo da Saúde Mental, nos diferentes ciclos de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARANTE, P. D. de C. et al. Derechos humanos y salud mental en Brasil: una historia de lucha y militancia por la justicia social y el derecho a la vida: "la salud no se vende, la locura no se encierra". Átopos: Salud Mental, Comunidad y Cultura, n. 2, p. 1-16, 2016.

BRASIL. Decreto Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2001. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 10.708 de 31 de julho de 2003. Institui o auxílio reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_0 3/leis/2003/l10.708.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&u uid=@gtfescriba-sesa@612644a9-8b41-4a9d-89d6-38d3b9beb052&emPg=true. Acesso em 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual do Programa "De Volta para Casa". Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&u uid=@gtf-escriba-sesa@879a315a83fe-4edc-bbc7-38388c5969fb&emPg=true. Acesso em 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental:15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. SAS/DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Saúde Mental em Dados - 12, ano 10, nº 12. Informativo eletrônico. Brasília, Ministério da Saúde: 2015.

BRASIL. Portaria nº GM/MS 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. Brasília, 26 dez. 2011.

EGRY, E. Y. Saúde Coletiva: construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996.

GARCIA, P.T.; REIS, R.S. (Org.). Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. São Luís: EDUFMA, 2018.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 53 DE 74

QUINDERÉ, H.P.D.; JORGE, M.S.B.; FRANCO, T.B. Rede de Atenção Psicossocial: qual o lugar da saúde mental? Physis Revista de Saúde Coletiva, v.24, n.1, p.253-271, 2014.

FLORIANO, L. S. M. COVID-19 e saúde mental: cenários, debates e desafios/ Lara Simone Messias Floriano (Org.). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021. 260 p.: il.

MARCOLAN, J.F.; CASTRO, R.C.B.R. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiátrica – desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SAMPAIO M.L.; BISPO JÚNIOR, J.P. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. Cad. Saúde Pública. v.37, n.3, p.e00042620, 2021.

7.4 Quarta Série do Curso

CUIDADO DE ENFERMAGEM AO PACIENTE CRÍTICO

Desenvolvimento prático das competências de atuação na assistência de enfermagem em adultos e idosos a nível hospitalar, em situações de urgências e emergências. Vivências práticas da assistência em Pronto Atendimento e UTI. Vivências práticas da assistência de Enfermagem extensionista frente ao paciente com desequilíbrio das funções orgânicas. Aplicação do julgamento clínico e raciocínio diagnóstico de Enfermagem no ambiente de Pronto Atendimento, UTI e comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Resolução nº 2.271, de 14 de fevereiro de 2020. Disponível em:https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.271-de-14-defevereiro-de-2020-25360 6068. Acesso em 02 de maio de 2022.

BROWN, D.L. Cardiac Intensive Care 3^aed. Elsiever, Philadelphia, PA. 2019. Disponível em: https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

BRASIL. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020. Disponível em:https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/diretrizes-da-sociedadebrasileira-de-diabetes-2019-2020/. Acesso em 02 de maio de 2022.

DAVIS, F.A. ECG Success Exercises in ECG Interpretation 2008. Philadelphia, PA, 2008.

DISQUE, K. Advanced Cardiac Life Suport-ACLS, Provider Handbook. Las Vegas, NE,2016. Disponível em: https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

HALL, J.E. Medical Phisiology. 13aed. Elsiever, Philadelphia, PA. 2016. Disponível em: https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

KIZIOR, R.J, HODGSON, K.J. Nursing Drug Handbook. Elsiever, Philadelphia, PA. 2021. Disponível em: https://pt.br1lib.org. Acesso em 02 de maio de 2022.

KNOBEL, E. Condutas no Paciente Grave. 4 Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018.

MORTON, P.G.; FONTAINE, D.K. Cuidados Críticos de Enfermagem - Uma abordagem holística. 9Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NICOLAU, J.C. et al. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supra desnível do Segmento ST – 2021. Disponível em: https://abccardiol.org/wpcontent/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-117-01-0181/0066-782X-abc-117-01-0181.x44344.pdf. Acesso em 02 de maio de 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Sistema Estadual de Transplantes. Manual para Notificação, Diagnóstico de Morte Encefálica e Manutenção do Potencial Doador de Órgãos e Tecidos. Curitiba: SESA/SGS/CET, 2018. 68 p. Disponível em:www.paranatransplantes.pr.gov. Acesso em 02 de maio de 2022.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER I

Estudo da assistência integral à saúde da mulher nos ciclos da vida. Ações sistematizadas de enfermagem à mulher e a família. Cuidados de enfermagem na atenção obstétrica e ginecológica. Aspectos socioculturais e epidemiológicos que implicam o cuidado de



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 54 DE 74

enfermagem à mulher. Confecção de materiais educativos para vivencias práticas na extensão na comunidade no ciclo gravídico-puerperal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.51 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Humanização do Parto. Humanização do Pré-natal e Nascimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 28 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Cadernos de Atenção Básica, n. 26. 1. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Cadernos de Atenção Básica; n. 23. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.184 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Materno-Infantil. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 164 p

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Cadernos de Atenção Básica, nº 32. 1. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 318 p.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Saúde/SESA. Estratificação de Risco Linha de Cuidado Materno-infantil. Aprovada na CIB/PR em 24.02.2021

ZIEGEL, ERNA E; CRANSLEY MECAA. Enfermagem Obstetrícia. 8ªed. Editora Guanabara, 1985.

ENFERMAGEM NA SAÚDE NEONATAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE I

Ensino teórico-prático da assistência de enfermagem à Saúde do neonato, criança e adolescente no contexto da Rede de Atenção à Saúde, em ações de promoção, prevenção das intercorrências e recuperação da saúde. Políticas públicas, legislações, serviços intersetoriais e rede de proteção à criança e adolescente. Agravos e doenças incidentes no período neonatal, infância e adolescência. Avaliação do crescimento e desenvolvimento do neonato, da criança e do adolescente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, A.L.V. FUJIMORI, E. Enfermagem e a saúde do Adolescente na Atenção Básica. Barueri. SP – 2009.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.Brasília, DF, Diário Oficial da União. 1990.

BRASIL. Lei da Escuta. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. Lei da Primeira Infância. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Brasília, DF, Diário Oficial da União. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº. 715, de 4 de abril de 2022. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (Rami). Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-715-de-4-de-abril-de-2022- 391070559



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 55 DE 74

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a Lei: normas e reflexões. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 88 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n° 33).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para profissionais de saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (volume 1).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para profissionais de saúde, intervenções comuns, icterícia e infecções. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.163p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (volume 2).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Triagem neonatal biológica: manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Síntese de evidências para políticas de saúde: promovendo o desenvolvimento na primeira infância. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CARVALHO, D. S. O enfermeiro e o Cuidar Multidisciplinar na Saúde da Criança e do Adolescente. São Paulo: Editora ateneu, 2012.

CLOHERTY, J. P.; EICHENWALD, E. C.; STARK, A. R. Manual de neonatologia. 7 ed. Guanabara Koogan, 2015.

HOCKENBERRY, J; WILSON, D. Fundamentos de enfermagem pediátrica. 9ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PARANÁ, Secretaria da saúde. Divisão de Atenção à Saúde da Mulher. Linha Guia – Atenção Materno Infantil: Gestação. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. 8ª Ed., 2022. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022- 03/linha_guia_mi-_gestacao_8a_ed_em_28.03.22.pdf

PINTO, C.A.G. et al. A pesquisa avaliativa do processo de formulação e implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC): trajetória epistemológica e metodológica. Divulg. saúde debate; v.55, p.31-48, 2016.

SOUZA, A.B.G. (Org.) Manual prático de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Atheneu; 2017.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER II

Vivências práticas e práticas extensionista no ciclo gravídico-puerperal nas Redes de Atenção à Saúde que envolvem os cuidados de enfermagem ginecológica e obstétrica no ciclo da vida das mulheres articulado com o contexto familiar e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.51 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Humanização do Parto. Humanização do Pré-Natal e Nascimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 28 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Cadernos de Atenção Básica, n. 26. 1. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Cadernos de Atenção Básica; n. 23. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.184 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Materno-Infantil. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 164 p



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 56 DE 74

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Cadernos de Atenção Básica, nº 32. 1. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 318 p.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Saúde/SESA. Estratificação de Risco Linha de Cuidado Materno-infantil. Aprovada na CIB/PR em 24.02.2021

ZIEGEL, ERNA E; CRANSLEY MECAA. Enfermagem Obstetrícia. 8ªed. Editora Guanabara, 1985.

ENFERMAGEM NA SAÚDE NEONATAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE II

Vivências práticas e desenvolvimento de atividades práticas extensionistas de Enfermagem aplicada ao neonato, a criança e ao adolescente sadios e com doenças prevalentes, na Rede de Atenção à Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, Ana Luiza Vilela. FUJIMORI, Elizabeth. Enfermagem e a saúde do Adolescente na Atenção Básica. Barueri, SP – 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n° 33).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para profissionais de saúde. Brasília: Editorado Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (volume 1).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para profissionais de saúde, intervenções comuns, icterícia e infecções. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 163p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (volume 2).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Triagem neonatal biológica: manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº. 715, de 4 de abril de 2022. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (Rami). Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-715-de-4-de-abril-de-2022- 391070559 CARVALHO, D. Silvana. O enfermeiro e o Cuidar Multidisciplinar na Saúde da Criança e do Adolescente. São Paulo: Editora ateneu, 2012.

CLOHERTY, J. P.; EICHENWALD, E. C.; STARK, A. R. Manual de neonatologia. 7 ed. Guanabara Koogan, 2015.

HOCKENBERRY, J; WILSON, D. Fundamentos de enfermagem pediátrica. 9ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PARANÁ, Secretaria da saúde. Divisão de Atenção à Saúde da Mulher. Linha Guia – Atenção Materno Infantil: Gestação. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. 8ª Ed., 2022. Disponível em https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022- 03/linha_guia_mi-_gestacao_8a_ed_em_28.03.22.pdf



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 57 DE 74

SOUZA, ABG. (Org.) Manual prático de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Atheneu; 2017.

TANNURE, M.C.; PINHEIRO, A. M. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem – Guia Prático. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM I

Atividades práticas em cenários do SUS e outros, que permitam a aplicação do Processo de Enfermagem em situações variadas de vida, saúde e doença, consolidando o conhecimento sobre políticas públicas de saúde, a organização do sistema de saúde vigente e o trabalho em equipe interprofissional e multidisciplinar. Educação em saúde e em serviço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, M.O. et al. Gerenciamento Em Enfermagem: Teoria e prática em diferentes contextos. Rio de Janeiro: CRV, 2022.

BARROS, A.L.B.L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 4ª. Ed. São Paulo: Artmed, 2021.

BRASIL. Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 14 de maior de 2022.

BUTCHER, H.K. et al. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

GARCIA, T.R. (org.) Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem CIPE®: Versão 2019-2020. São Paulo: Artmed, 2020.

HERDMAN, T.H. et al. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: Definições e Classificação - 2021-2023. 12ª. Ed. São Paulo: Artmed, 2021.

HINKLE, J.L.; CHEEVER, K.H. Brunner & Suddarth - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

KURCGANT, P. Gerenciamento em enfermagem. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MOORHEAD, S. et al. NOC - Classificação dos Resultados de Enfermagem. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

SILVA, M.T.; PRADO, S.R.L. Manual de Procedimentos para Estágio em Enfermagem. São Paulo: Martinari, 2021.

GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM

Disciplina teórica. Processo de trabalho em enfermagem e saúde. Fundamentos teórico da gestão / administração, atenção na organização da enfermagem. O planejamento, organização, liderança e a avaliação em enfermagem e saúde. Gerência de unidades e serviços de enfermagem e saúde nos diferentes níveis de complexidade. A construção de modelos e processos gerenciais em enfermagem. O processo investigativo em administração da saúde e enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, G.W.S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 871 p.

DOS SANTOS, C.P. et al. O gerenciamento de estratégias de prevenção de lesão por pressão pelo enfermeiro: um conjunto entre a arte e a ciência do cuidado. Brazilian Journal of HealthReview, v. 4, n. 1, p. 2707-2719, 2021.

GIOVANELLA, L. Políticas e sistema de saúde no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. 1110 p.

KURCGANT, P.; TRONCHIN, Daisy M.R.. Gerenciamento em enfermagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 196p.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 58 DE 74

VERDI, M.I.M.; BOEHS, A. E.; ZAMPIERI, M.F.M. Enfermagem na atenção primária de saúde: textos fundamentais. Florianópolis: UFSC, CCS, 2005.

LIMA, J.Y.S. et al. Aplicação do gerenciamento de enfermagem para a qualificação da assistência em saúde. Interação, v. 21, n. 2, p. 140-159, 2021.

MARQUIS, B. L; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 671p.

MOYSÉS FILHO, J. et al. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 157 p.

SILVA, A.S. Os desafios do enfermeiro no gerenciamento na atenção primária: revisão integrativa. Os desafios do enfermeiro no gerenciamento na atenção primária: revisão integrativa, p. sp-sp, 2021.

SILVA, B.F. et al. Gestão do enfermeiro em hospital pediátrico de nível terciário pela perspectiva multiprofissional: revisão narrativa. Revista de Administração em Saúde, v. 21,n. 83, 2021.

ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (OTCC I)

Elaboração de um projeto de pesquisa na área da enfermagem. Escolha do tema, justificativa, revisão bibliográfica, elaboração dos objetivos da pesquisa, descrição do método. Qualificação do projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORRÊA, E.J.; VASCONCELOS, M.; SOUZA, M.S.L. Iniciação à metodologia: Trabalho de Conclusão de Curso. Belo Horizonte: NESCON UFMG, 2018.77 p.

MARTINS JUNIOR, J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Editora Vozes Limitada, 2017.

LÜDORF, S.M.A. Metodologia da pesquisa: do projeto ao trabalho de conclusão de curso. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Biblioteca Central Prof. Faris Michaele. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 4. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019.169 p.

ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (OTCC II)

Orientação e acompanhamento individual ao acadêmico para Coleta de dados, resultados, resultados e conclusão da pesquisa. Apresentação para banca.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORRÊA, E.J.; VASCONCELOS, M.; SOUZA, M.S.L. Iniciação à metodologia: Trabalho de Conclusão de Curso. Belo Horizonte: NESCON UFMG, 2018.77 p.

MARTINS JUNIOR, J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Editora Vozes Limitada, 2017.

LÜDORF, S.M.A. Metodologia da pesquisa: do projeto ao trabalho de conclusão de curso. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Biblioteca Central Prof. Faris Michaele. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 4. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019.169 p.

7.5 Quinta Série do Curso

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM II

Atividades práticas em cenários do SUS e outros, relacionadas ao planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem envolvendo as dimensões do cuidado, gerência



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 59 DE 74

e educação em saúde no processo de viver humano, a indivíduos, famílias, grupos e comunidades. Aplicação do Processo de Enfermagem em situações diversas de saúdedoença. Educação em saúde e em serviço. Desenvolvimento do processo de trabalho em saúde e formação profissional. Planejamento estratégico em saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, M.O. et al. Gerenciamento Em Enfermagem: Teoria E Prática Em Diferentes Contextos. Rio de Janeiro: CRV, 2022.

BARROS, A.L.B.L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 4ª. Ed. São Paulo: Artmed, 2021.

BRASIL. Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 14 de maior de 2022.

BUTCHER, H.K. et al. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 7^a. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

CIANCIARULLO, T. SANTOS, A.S.; DEL PASCHOAL, V. Educação em saúde e enfermagem. São Paulo: Manole, 2017.

GARCIA, T.R. (org.) Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem CIPE®:Versão 2019-2020. São Paulo: Artmed, 2020.

HERDMAN, T.H. et al. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: Definições e Classificação - 2021-2023. 12ª. Ed. São Paulo: Artmed, 2021.

HINKLE, J.L.; CHEEVER, K.H. Brunner & Suddarth - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

KURCGANT, P. Gerenciamento em enfermagem. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MOORHEAD, S. et al. NOC - Classificação dos Resultados de Enfermagem. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

SILVA, M.T.; PRADO, S.R.L. Manual de Procedimentos para Estágio em Enfermagem. São Paulo: Martinari, 2021.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM III

Atividades práticas em cenários do SUS e outros, relacionadas ao planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem envolvendo as dimensões do cuidado, gerência e educação em saúde a indivíduos, famílias, grupos e comunidades. Aplicação do Processo de Enfermagem em situações diversas de saúde-doença. Educação em saúde e em serviço. Desenvolvimento do processo de trabalho em saúde e formação profissional. Planejamento estratégico em saúde. Gerenciamento dos serviços de enfermagem em diferentes níveis de atenção à saúde. Liderança, tomada de decisão e ética no desenvolvimento da prática profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALFARO-LEFEVRE, R. Pensamento Crítico, Raciocínio Clínico e Julgamento Clínico para Enfermagem. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

ARAÚJO, M.O. et al. Gerenciamento Em Enfermagem: Teoria E Prática Em Diferentes Contextos. Rio de Janeiro: CRV, 2022.

BARROS, A.L.B.L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 4ª. Ed. São Paulo: Artmed, 2021.

BRASIL. Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 14 de maior de 2022.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 60 DE 74

BUTCHER, H.K. et al. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

GARCIA, T.R. (org.) Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem CIPE®:Versão 2019-2020. São Paulo: Artmed, 2020.

HERDMAN, T.H. et al. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: Definições e Classificação - 2021-2023. 12ª. Ed. São Paulo: Artmed, 2021.

HINKLE, J.L.; CHEEVER, K.H. Brunner & Suddarth - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

KURCGANT, P. Gerenciamento em enfermagem. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MOORHEAD, S. et al. NOC - Classificação dos Resultados de Enfermagem. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

SILVA, M.T.; PRADO, S.R.L. Manual de Procedimentos para Estágio em Enfermagem. São Paulo: Martinari, 2021.

7.6 Disciplinas de diversificação do Curso

SUPORTE BÁSICO DE VIDA

Fundamentação teórica e prática de Suporte Básico de Vida em Pediatria e no Adulto. Reconhecimento e ação precoce frente as situações que representam risco potencial à vida. Instrumentalização para a qualificação e agilidade do atendimento inicial à vítima em situação de emergência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AHA. Destaques das diretrizes de RCP e ACE de 2020 da American Heart Association. American Heart Association. 2020.

ACLS. Provider Manual. American Heart Association. 2021.

AMLS. Atendimento Pré-Hospitalar às Emergências Clínicas: Advanced Medical Life Support. Jones & Bartlett. 2^a ed. 2018.

ATLS. Suporte Avançado de Vida no Trauma. Colégio Americano de Cirurgiões - Comitê do Trauma. 10° ed. 2018.

MACONOCHIE, I. K., et al. Pediatric Life Support 2020 international consensus on cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care science with treatment recommendations. Pediatrics, v. 147, n. Supplement 1, 2021.

PHTLS Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado. Artmed. 9ª ed. 2020.

SANTOS, N. C. M. Urgência e emergência para enfermagem: Do atendimento pré hospitalar(APH) à sala de emergência. Editora Érica, 7ª ed. 2018.

TOBASE, L.; TOMAZINI, E. A. S. Urgências e Emergências em Enfermagem. Guanabara Koogan. 2017.

TOPIJAM, A. A., et al. Part 4: Pediatric basic and advanced life support: 2020 American Heart Association guidelines for cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care. Circulation. v. 142, n. 16, p. S469-S523. 2020.

VELASCO, I. T. et al. Medicina de emergência: abordagem prática. Manole. 14ª ed. 2019.

ANÁLISE DE DADOS DE PESQUISA EM ENFERMAGEM

Inovação, divulgação e popularização do conhecimento em Enfermagem. Manuseio e análise de dados de pesquisa na área da Enfermagem para o avanço profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. Introdução à epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

FLETCHER, GRANT, S. Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 61 DE 74

ROTHMAN, K.J.; GREENLAND, S.; LASH, T. Epidemiologia Moderna. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2011.

SIQUEIRA, A.L.; TIBÚRCIO, J.D. Estatística na área da saúde: conceitos, metodologia, aplicações e prática computacional. Belo Horizonte: Coopmed, 2011. 538 p.

WERNER, M. Bioestatística e epidemiologia [caderno de estudo eletrônico]. Balneário Camboriú: Faculdade Avantis, 2017. 110 p.

CARREIRA, EMPREENDEDORISMO E MERCADO DE TRABALHO EM ENFERMAGEM

Empreendedorismo em Enfermagem. Perspectivas de mercado de trabalho, carreira pública e docência. Desenvolvimento de habilidades de estudo voltados à carreira pública do Enfermeiro. Estudos integralizados ao longo do curso de graduação, com ênfase na atuação do enfermeiro no processo saúde-doença, cuidado integral e humanizado, organização dos serviços de saúde, políticas públicas de saúde vigentes e perspectivas de mercado de trabalho do Enfermeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLICHI, R.M.B. Empreendedorismo na enfermagem: revisão, avaliação, campos de atuação e propostas de ensino na graduação. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Pós-graduação – FMB. UNESP. 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/202368.

COLICHI, R.M.B. et al. Empreendedorismo de negócios e Enfermagem: revisão integrativa. Rev. Bras. Enferm., v. 72, p. 321-330, 2019.

COPELLI, F.H.S.; ERDMANN, A.L; SANTOS, J.L.G. Empreendedorismo na Enfermagem: revisão integrativa da literatura. Rev. Bras. Enferm. v.72, n.(suppl 1), p.301-310, 2019.

DAMACENO, A.N. Redes de atenção à saúde: uma estratégia para integração dos sistemas de saúde. Rev. Enferm. UFSM. v.10, n.14, p. 1-14, 2020.

FERREIRA, S.L.; CONDORI, R.C.C. SOUZA, F.E.C.. Políticas públicas para saúde e educação: conceito de humanização na formação de enfermeiros. Revista @mbiente educação. v. 12, n. 3, p. 154-169, 2019.

MACHADO, M.H. et al. Mercado de trabalho e processos regulatórios – a Enfermagem no Brasil. Ciênc. saúde coletiva. v.25, n.1, p. 101-12, 2020.

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. Brasília: OMS/OPAS/CONASEMS, 2011. 2ed. PAIM, J. O Que É o SUS: e-book interativo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. 93p.Disponível em: http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/4/

RICHTER, S.A. et al. Ações empreendedoras em enfermagem: desafios de enfermeiras em posição estratégica de liderança. Acta Paulista de Enfermagem, v. 32, n. 1, p. 46-52, 2019.

SANTOS, J.LG.; BOLINA, A.F. Empreendedorismo na Enfermagem: uma necessidade para inovações no cuidado em saúde e visibilidade profissional. Enfermagem em Foco, v.11, n.2.2020.

SILVA, E.K.B. et al. Arte e ciência do cuidar: alteridade, estabelecidos e outsiders na autonomia do enfermeiro como profissional liberal. Rev. pesqui. cuid. fundam., p. 370-376, 2019.

SILVA, M.C.N.; MACHADO, M.H. Sistema de Saúde e Trabalho: desafios para a Enfermagem no Brasil. Ciênc. saúde coletiva. v.25, n.1, p.7-13, 2020.

SOARES, C.B.; CAMPOS, C.M.S. (orgs). Fundamentos de saúde coletiva e o cuidado de enfermagem. Manole; São Paulo: 2013

SOUZA, M. C. M. R.; HORTA, N. C. Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GERENCIAMENTO DE FERIDAS PELO ENFERMEIRO

Estudo dos aspectos éticos e históricos das feridas. Bases conceituais da assistência de enfermagem qualificada e individualizada a pessoa com feridas agudas e crônicas. Limpeza e desbridamento das feridas. Recursos tecnológicos para a realização do curativo. Tipos e



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 62 DE 74

aplicabilidade das coberturas. Promover o cuidado com as feridas buscando o melhor resultado clínico. Disciplina teórica com inserção de vivências práticas na extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, I.E.B.; MACIEL, M.S.; DE SOUZA MOTA, B. Ozonioterapia: efeitos e contribuições na cicatrização de feridas crônicas. I SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTOMATERAPIA, p. 44

BEZERRA, M.N.; RAMOS, E.M.F.C. Feridas e Curativos: Inovações tecnológicas para atuação da enfermagem. ARIQUEMES – RO. 2021.

CAMPOS, M.G.C.A. et al. Feridas complexas e estomias: aspectos preventivos e manejo clínico. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2016

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Anexo da resolução COFEN n°0567/2018 regulamento da atuação da equipe de enfermagem no cuidado aos pacientes com feridas. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/ANEXORESOLU%C3%87%C3%83O- 567-2018.pdf.

CORDEIRO, M.C. et al. Cuidados de enfermagem na atenção primária à pessoa com úlcera varicosa: relato de caso. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 96, n. 38, 2022.

COSTA, C.V. et al. O uso da oxigenoterapia hiperbárica no tratamento de feridas. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, v. 17, p. e9870-e9870, 2022

COUTINHO JÚNIOR, N.F.L. et al. Ferramenta TIME para avaliação de feridas: concordância inter observador. Estima (Online), p. e1720-e1720, 2020.

DE FARIAS, L.G.; DE VASCONCELOS CATÃO, M.H.C. Uso do laser de baixa intensidade e LED no processo de cicatrização de feridas: uma revisão. Research, Society and Development, v. 11, n. 4, p. e55811427722-e55811427722, 2022.

GOMES, K.K.N.L.B. et al. Validação de livro educativo: Tecnologia educacional para o ensino de feridas. Research, Society and Development, v. 10, n. 13, p. e162101320935-e162101320935, 2021.

MIYAHARA, C.T. Feridas crônicas: guia prático [e-book interativo] Guarapuava: Ed. Da Unicentro, 2021.231p.

PIRES, S.M.B. et al. Validação de conteúdo dos enunciados do subconjunto CIPE® para pessoas com úlceras vasculogênicas. Revista Mineira de Enfermagem, v. 25, p. 1-11, 2021.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SAÚDE DO IDOSO

A sociedade que envelhece. Legislações brasileiras voltadas ao idoso. Cuidado multidimensional do idoso nos diferentes níveis de atenção. Atenção gerontológica vivências práticas e extensionistas em diferentes cenários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALCÂNTARA, A.O.; CAMARANO, A.A.; GIACOMIN, K.C. Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 615 p.

BORDIN, D. et al. Auxílio à realização de atividades básicas de vida diária no pós-alta hospitalar de idosos. RevSALUS, v. 2, p. 38-44, 2021.

BORDIN, D. Fatores associados à condição de acamado em idosos brasileiros: resultado daPesquisa Nacional de Saúde, 2013.

Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia, v. 23, p. 1-12, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. 3. ed., 2. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 70 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 63 DE 74

FREITAS, E.V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

FURQUIM, R. C. F. et at. Sociodemographic, health and services characteristics used by hospitalized elderly. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental (Online), v. 13, p. 309-316, 2021.

GRDEN, C. R. B.; et al. Síndrome da fragilidade e o uso de tecnologias assistivas em idosos. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental (Online), v. 12, p. 503-508, 2020.

HILGEMBERG, A. et al. Implicações da multimorbidade na utilização de serviços hospitalarespor idosos internados. Ciencia y enfermería (en línea), v. 26, p. 1-10, 2020.

MEIER, J. G.; et al. Factors associated with the frequency of medical consultations by olderadults: a national study. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 54, p. 1-8, 2020. MIRANDA, G.M.D. et al. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. Interface comunicação saúde educação. v.21, n.61, p.309- 20, 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Linha guia da saúde do idoso. Curitiba: SESA, 2018. 126p.

ZANESCO, C.; BORDIN, D.; SANTOS, C. B.; FADEL, C. B. Dificuldade funcional em idosos brasileiros: um estudo com base na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS - 2013). Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 1103-1118, 2020.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SAÚDE MENTAL E ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA

Disciplina teórica com EaD sobre as seguintes temáticas: Prevalência de agravos relacionados à saúde mental. Estudo dos conceitos e preconceitos introjetados acerca da pessoa com problema de saúde mental. Enfoque na promoção e na reabilitação psicossocial das pessoas com problemas de saúde mental. Reflexões sobre os princípios de cidadania e inclusão social do usuário, conforme as diretrizes da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O papel da Enfermagem na atual política de saúde mental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARANTE, P. D. de C. et al. Derechos humanos y salud mental en Brasil: una historia de lucha y militancia por la justicia social y el derecho a la vida: "la salud no se vende, la locura no se encierra". Átopos: Salud Mental, Comunidad y Cultura, n. 2, p. 1-16, 2016.

BRASIL. Decreto Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2001. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. SAS/DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Saúde Mental em Dados - 12, ano 10, nº 12. Informativo eletrônico. Brasília, Ministério da Saúde: 2015.

BRASIL. Portaria nº GM/MS 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. Brasília, 26 dez. 2011.

EGRY, E. Y. Saúde Coletiva: construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996.

FLORIANO, L. S. M. COVID-19 e saúde mental: cenários, debates e desafios/ Lara Simone Messias Floriano (Org.). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021. 260 p.: il.

GARCIA, P.T.; REIS, R.S. (Org.). Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. São Luís: EDUFMA, 2018.

MARCOLAN, J.F.; CASTRO, R.C.B.R. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiátrica – desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PARANÁ. LEI Nº 19784. Dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária. Publicado no Diário Oficial nº 10339 de 20 de Dezembro de 2018. Disponível



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 64 DE 74

em:https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19784-2018-paranadispoe-sobre-a-politica-estadual-de-economia-solidaria. Acesso em 18 out. 2021.

PITTA, A.M.F. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, A.M.F. Reabilitação psicossocial no Brasil. São Paulo (SP): HUCITEC; 1996. p. 19-30. (Saúde Loucura, 10).

SAMPAIO M.L.; BISPO JÚNIOR, J.P. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. Cad. Saúde Pública. v.37, n.3, p.e00042620, 2021.

SARACENO, B. Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1999.

TOWNSEND, M.C. Enfermagem Psiquiátrica – conceitos de cuidados da prática baseada em evidências. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ENFERMAGEM FORENSE

Reflexão teórico-prática e EAD. Direito Processual Criminal. Perícia e assistência técnica. Legislação da Enfermagem. Assistência aos envolvidos em diferentes casos de violência. Investigação clínica da morte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Associação Brasileira de Enfermagem (ABEFORENSE) Regulamento das competências técnicas da Enfermagem forense. Aracaju: ABEFORENSE, 2015. Disponível em: https://www.abeforense.org.br/wpcontent/uploads/2016/06/Compet%C3%AAncias-Tecnicas-da-EnfermagemForense.pdf Acesso em 29 Abr 2022.

BRASIL. Lei Nº 12030 de 17 de setembro de 2009. Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, 18 Set 2009. Seção 1, p. 1.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007- 2010/2009/lei/l12030.htm. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). RESOLUÇÃO COFEN Nº 556/2017 – Aprova as áreas de atuação e as competências técnicas do Enfermeiro Forense. Brasília:

Furtado BMASM, Fernandes CLEA, Silva JOM, Silva FP, Esteves RB. Investigation in forensic nursing: trajectories and possibilities of action. Rev Esc Enferm USP. v. 55, n. e20200586, 2021. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/1980-220XREEUSP-2020-0586 Acesso em 30 Abr 2022.

Ghofrani Kelishami F, Manoochehri H, Mohtashami J, Kiani M. Consequences of Presence of Forensic Nurses in Health Care System: A Qualitative Study. Iran J Nurs Midwifery Res.v. 25, n. 3. P.195-201. 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7299418/ Acesso em 30 Abr. 2022.

MACHADO, B. P.; ARAÚJO, I. M. B.; FIGUEIREDO, M. C. B. Enfermagem forense: o que é lecionado na licenciatura de enfermagem em Portugal. Revista de Enfermagem Referência. n. 22, p. 43-50. JUL./AGO./SET. 2019. Disponível em: http://ciberindex.com/c/ref/422043p Acesso em 30 Abr 2022.

Miller C.L., Leadingham C., McKean J.R., McManus C. Forensic nursing: An emerging competency for contemporary practice. Teaching and Learning in Nursing. v.5, n. 3, 2010. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1557308710000028 Acesso em 04 Mai 2022.

SOARES FERREIRA DA SILVA, Sara et al. ENFERMAGEM FORENSE: INSERÇÃOCURRICULAR NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM. Enfermagem em Foco, [S.I.], v. 12, n. 5, mar. 2022. Disponível em: Acesso em: 04 mai 2022.

ESTÉTICA EM ENFERMAGEM

Fundamentos em saúde estética. Documentação fotográfica e aspectos legais nos procedimentos em saúde estética. Anatomofisiologia da pele e bioquímica do



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 65 DE 74

envelhecimento. Disfunções estéticas e corporais. Semiologia integrada à estética, avaliação e protocolos. Prescrição estética. Limpeza de pele. Peelings químicos, mecânicos e enzimáticos. Microagulhamento. Eletroterapia facial e corporal. Laser e ledterapia. Intradermoterapia. Estética microinvasiva. Toxina botulínica e preenchedores dérmicos. Suplementação e fitoterapia na estética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAYER, Raymond. História da Estética. Editorial Estampa, Lisboa, p. 13-91, 1995.

BONFIM, M. E. S. Assistência de Enfermagem: uma contribuição à aplicação da Metodologia de Lygia Paim. Rio de Janeiro: Ferraz, 2000.

CARVALHO, Célia Regina Fernandes de. Estudo do Perfil Profissional e da Formação Acadêmica do Tecnólogo em Estética: Estudo de Caso. Dissertação (Mestrado em Ensino dê Biociência e Saúde) – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2005.

FAÇANHA, R. Regulamentação da Profissão de Esteticista. FEBRAPE - Federação Brasileira dos Profissionais Esteticistas. Rio de Janeiro, 2007.

FREITAS, R. Z. et al. Estética facial. São Paulo: CIOSP, 2007.

HORTA, W. de A. Processo de enfermagem. São Paulo: EPU 1979.

KLOTZ, A.M. A Mãe da Estética Brasileira. A Estética com Ciência, Revista Personalité, 2011. Disponível em: Acesso em: 27 de julho de 2011.

LEAL, V.C.L.V. O corpo, a cirurgia estética e a saúde coletiva: um estudo de caso. Ciência &Saúde Coletiva, v. 15, n. 1, p. 77- 86, 2010.

MANDELBAUM, M.H.S. Enfermagem na Estética: novas possibilidades. Revista Nursing, Ed. 153, 2005.

PIATTI, Isabel Luiza. Ética na Estética: Respeito ao Cliente e Sucesso para o Profissional. Revista Personalité. Curitiba-PR, Ed. 46, 2003.

SMELTZER, S. C; BARE, B. G. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS

O conhecimento tecnológico como elemento da formação profissional no século XXI. A informática na educação: histórico, perspectivas e recursos humanos, tecnológicos e didáticos. O processo de comunicação e as linguagens visuais, sonoras, audiovisuais, impressas, digitais e a sua relação com a Educação e Saúde. As relações entre escola, inclusão e exclusão digital na perspectiva da cultura e alfabetização digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Org.). Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HERNANDEZ, F. (Org.). Aprendendo com as inovações nas escolas. Porto Alegre: Artmed, 2000

JESUZ, D. A. F. Influências das Tecnologias Digitais no processo formativo: percepções de estudantes do Ensino Médio. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

LEMOS, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 16.ed. Campinas: Papirus, 2009.

SAMPAIO, M. N.; LEITE, L. S. Alfabetização tecnológica do professor. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANT'ANNA, I. M.; SANT'ANNA, V. M. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis: Vozes, 2004.

SEXUALIDADE HUMANA E EDUCAÇÃO



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 66 DE 74

Relações entre sexualidade, gênero e cultura (aspectos históricos e sociais) e o desenvolvimento humano. Diferenciações entre sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Mitos e tabus acerca da sexualidade no contemporâneo. Processos educativos para o enfrentamento às diferentes formas de violência de gênero (violência doméstica, Igbtqia+fobia, masculinidade tóxica, violência sexual).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BATISTA, D.C.; SOUZA, J.F. A lesbianidade materializada nos corpos (nem tão) femininos. Sexualidad, Salud y Sociedad. n.31, p. 81-100, 2019.

COLLING, A.M.; TEDESCHI, L.A. (org.). Dicionário crítico de gênero. 1.ed. Dourados: UFGD, 2015. 678 p.

DE JESUS, J.G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista Cronos, v. 11, n. 2, 2010.

FERREIRA, A.J. (Org.). Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas. 1ª. reimpressão. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2017. 182 p.

GASPODINI, I.B.; DE JESUS, J.G. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. Revista Universo Psi, v. 1, n. 2, p. 33-51, 2020.

LAGO, M.C.S. (Org.). Gênero e pesquisa em psicologia social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. 271 p.

LOURO, G.L.; GOELLNER, S.V.; FELIPE, J. (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. [4.ed.]. Petrópolis: Vozes, 2003. 189 p.

LUZ, N.S.; CARVALHO, M.G.; CASAGRANDE, L.S. (Org.). Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia. Curitiba: UTFPR, 2011. 353 p.

MEYER, D.; SOARES, R. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. 120 p.

ROSA, C.E.; SOUZA, J.F. Violência/abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. Pesquisa Em Foco, v. 25, n. 2, 2020.

SANTOS, H.B.; DETONI, P.P.; NOVAIS, F.L.M. Movimento de homens; homens em movimento: dissonâncias no debate sobre as masculinidades. Diversidade e Educação, v. 7, n. 2. p. 252-275. 2019.

SANTOS, H.B.; NARDI, H.C. Masculinidades entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso?. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 24, p. 931-949, 2014.

BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR

Biomembranas. Citoesqueleto. Compartilhamentos celulares. Metabolismo energético. Ciclo celular. Estrutura e Replicação do DNA. Expressão gênica. Tecnologia do DNA recombinante. Biologia celular e molecular aplicada à Enfermagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K. Fundamentos da Biologia Celular. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BROWN, T.A. Gene Cloning and DNA Analysis: An introduction. 8 ed., Wiley Blackwell, 2020.

GREEN, M.R.; SAMBROOK, J. Molecular Cloning: A laboratory manual. 4 ed. N.Y.: Cold Spring Harbor Laboratory Press, 2012.

LEWIN, B. Genes XII, Porto Alegre: Artmed, 2018.

LODISH, H. et al. Biologia celular e molecular. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

COX, M.M. DOUDNA, J.A.; O'DONNELL, M. Biologia Molecular: Princípios e Técnicas. 2 ed. Rio de Janeiro: Artemed, 2015

NELSON, D.L.; COX, M.M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 7 ed. Porto Alegre: Artmed,2019.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 67 DE 74

KREBS, J.E. GOLDSTEIN, E.S.; KILPATRICK, S.T. Lewin's Genes. 12 ed. N.Y.: Editora Jones & Bartlett Publishers, 2017

WATSON, J.D. et al. Biologia Molecular do Gene. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS CORPORAIS

A terceira semana do desenvolvimento humano. O dobramento do embrião e a formação inicial das cavidades do corpo, dos sistemas musculares e esqueléticos, da cabeça e pescoço, dos sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, urogenital, nervoso e sensorial. Anomalias congênitas relacionadas a cada sistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

MOORE, K.L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA, M.G. Embriologia Básica. Rio de Janeiro: Elsevier. 2016.

MOORE, K.L. Embriologia clínica. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. CARLSON, B.M.; KANTAPUTRA, P.N. Embriologia humana e biologia do desenvolvimento. 5ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SCHOENWOLF, G.C.; BLEYL, S.B. LARSEN embriologia humana. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

INTERPRETAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS

Disciplina teórico-prática. Antígenos. Hemograma e alterações. Interpretação dos resultados com ênfase para anemias e principais tipos, leucoses benignas e malignas. Alteração da contagem de plaquetas. Coagulação sanguínea, fisiopatologia e principia exames laboratoriais. Bioquímica aplicada, principais exames laboratoriais e interpretação. Urinálise e interpretação dos resultados. Exames modernos e de relevância para Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARMO, Andrea Moreira S. Análise Laboratorial Da Urina Humana: Urinálise. Clube de Autores, 2020.

FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 5.ed.rev.aum. Porto Alegre: Artes Medicas, 2011.424 p.

HOFFBRAND, A. V.; Moss P. A. H. Fundamentos em Hematologia. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. 454 p.

LEE, G. Richard; GREER, John P. (Ed.). WINTROBE\'S clinical hematology. 13.ed.Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2014. 2v.

LEWIS, S. Mitchell. Hematologia prática de Dacie e Lewis. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.571 p.

LICHTMAN, Marshall A. (Ed.). WILLIAMS manual of hematology. 8.ed. New York: MCGRAWHILL MEDICAL, 2011. 757 p

MCPHERSON Richard A.; PINCUS Matthew R. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21.ed. Rio de Janeiro: Manole, 2013. 1664 p.

STRASINGER, Susan; DI LORENZO, Marjorie. Urinálise e Fluidos Corporais. 5ª Edição. Editora LMP, 2009.

LIBRAS – LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS

TEORIA: (26 h) Artefatos culturais surdos. O processo histórico da comunidade surda no mundo. Os parâmetros fonológicos principais da Libras (CM.; P.A.; M.). Legislação. PRÁTICA: (25 h) Expressões córporo-faciais e campos semânticos: Alfabeto datilológico; Números; Identificação Pessoal; Saudações e Gentilezas; Formas; Cores; Verbos; Estabelecimentos; Profissões

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 68 DE 74

CAPOVILLA, F. C. et al. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos. v. I e II. São Paulo: USP, 2017.

FACUNDO, J. J.; VITALINO, C. R. A disciplina de Libras na formação de professores. Curitiba, PR: CRV, 2019. 109 p.

LADD, P. Comprendiendo la cultura sorda: em busca de la Sordedad. Chile: Concepción, 2011. 518 p.

LADD, P. Em busca da Surdidade 1: colonização dos Surdos. Portugal: Surd'Universo, 2013.

QUADROS, R. M. de. (org.) Gramática da Libras. V-book. Petrópolis: Arara Azul, 2022. Disponível em: https://editora-araraazul.com.br/site/produtos/detalhes/126

QUADROS, R. M. de; Libras. 1 e. São Paulo: Parábola, 2019. (Coleção Linguística para o Ensino Superior) 192 p.

QUADROS, R. M. de; FINGER, I. Teorias de aquisição da Linguagem. Florianópolis: UFSC,3 ed., 2017.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Artemed, 2004.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

ANIMAIS PEÇONHENTOS E VENENOSOS DE IMPORTÂNCIA MÉDICA

Estudo dos vertebrados e invertebrados venenosos e peçonhentos de importância para a saúde humana. Caracterização clínica e epidemiológica dos agravos causados por diferentes grupos de animais, com ênfase nas espécies ocorrentes na região. Medidas de prevenção, primeiros socorros e tratamentos de pessoas acidentadas por esses agentes. Intervenções na prevenção de acidentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Manual de diagnóstico e tratamento dos acidentes por animais peçonhentos. Brasília, 2001.

CARDOSO, J.L.C.; França, F.O.S.; Wen, F.H.; Málaque, C.M.S. & Haddad Jr., V. Animais peçonhentos no Brasil: biologia, clínica e terapêutica dos acidentes. São Paulo, Sarvier; FAPESP, 2003. 468 p.

ANIMAIS PEÇONHENTOS. Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia, 75, UFMG, 2014.

GUIA DE BOLSO: animais peçonhentos. http://www.vitalbrazil.rj.gov.br/arquivos/guia-bolso-funed.pdf

8. FLUXOGRAMA

A distribuição das disciplinas está descrita no Anexo I. Cabe lembrar que os(as) acadêmicos(as) terão que escolher em qual série e ano ele irá cursar as disciplinas diversificadoras, devendo então se matricular, conforme as ofertas para o respectivo ano, respeitando a resolução vigente no número mínimo de alunos e o número máximo de vagas estipulado pela disciplina.

9. RECURSOS HUMANOS

9.1 Corpo Docente

SÉRIE	CURRÍCULO VIGENTE			CURRÍCULO VIGENTE	
SERIE	EFETIVOS COLABORADORES				
1	4	3			
2	4	5			
3	5	4			
4	5	5			



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 69 DE 74

- 4			
	1	•	40
	5	6	10

9. 1.1 Classe

EFETIVOS			
CLASSE	NÚMERO DE PROFESSORES		
Titular	0		
Associado	2		
Adjunto	9		
Assistente	3		
Auxiliar	15		
TOTAL	29		

9.1.2 Titulação

TITULAÇÃO	PROFESSORES EFETIVOS	PROFESSORES COLABORADORES
Graduado	0	0
Especialista	0	0
Mestre	3	14
Doutor	11	1
TOTAL	14	15

9.1.3 Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFESSORES
Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE)	14
Tempo Integral (40 horas)	0
Tempo Parcial (20 horas)	15
TOTAL	29

9.2 Corpo Docente - Necessidade para o novo currículo - concurso público e colaborador

Conforme Processo nº 2.787/2001, referente à criação do curso de Enfermagem, consta o número necessário de professores enfermeiros para a consolidação da oferta a qual não foi contemplada em sua totalidade considerando docentes efetivos. Este cenário permaneceu mesmo com a mudança curricular aprovada no ano de 2012, não havendo a reposição de docentes efetivos e, desde então, trabalhamos com déficit deles, além de uma quantidade de professores colaboradores, que auxiliam em inúmeras atividades Frente ao exposto evidencia-se que há um déficit de 12 vagas de concurso para professores enfermeiros e dez vagas para colaboradores, para atendimento das disciplinas específicas do curso de Enfermagem. Porém essa necessidade não inviabiliza a continuidade do curso e a aprovação do referido PPC.

10. RECURSOS MATERIAIS



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 70 DE 74

10.1 Materiais e Equipamentos

				Custo
Ano	Descrição	Atual	Previsão	estimado
	Desfibrilador externo automático DEA			
2023	Trainer comcontrole remoto	Não há	2026	5.000,00
2023	Máscara Laríngea Descartável	Não há	2025	66,00
2023	Máscara Nasal EasyLife	Não há	2025	422,50
2023	Cardioversor	Não há	2025	12.799,00
2023	Eletrodo Descartável c/ Gel Meditrace	Não há	2025	56,00
	Adulto			
2023	Máscara Silicone n° 4 p/ Reanimador –	Não há	2025	64,90
	Adulto			
2023	Máscara Venturi adulto	Não há	2025	22,70
2023	Reservatório para reanimador manual	Não há	2025	42,49
	adulto			
2023	Laringoscópio C/ 03 Lâminas Curvas	Não há	2025	599,17
	Adulto			
2023	Reanimador manual de silicone hudson	Não há	2025	342,19
	adulto			
2023	Ventilador mecânico Resmed	Não há	2025	65.000,00
2023	Monitor De Paciente Multiparâmetro	Não há	2025	14.900,00
2023	Eletrocardiógrafo ECG 12 Canais			8.510,73
	Cardiocare 2000Bionet	Não há	2025	
2023	Carrinho de Emergência c/4 gavetas	Não há	2025	1.855,82
	Bio-tek			
2023	Torso adulto avançado para RCP e			
	intubação(Civiam)	Não há	2025	1.790,00
2023	Manequim bebê RN avançado de RCP			
	e intubação(Civiam)	Não há	2025	7.000,00
2023	Braço de injeções: venosa,			. 750.00
	muscular eintradérmica	Não há	2025	1.750,00
2022	com geração de pulso (Civiam)			
2023	Manequim adulto bissexual de	NIZ- L4	2025	00,000,00
	enfermagem comsistema de ausculta	Não há	2025	60.000,00
2022	cardíaca e pulmonar (Civiam) Simulador adulto Smart STAT – ACLS			
2023	avançadocom respiração espontânea e	Não há	2025	195.000,0
	iPad (Civiam)	INAU IIA	2020	0
2023	, ,			
2020		Não há	2025	36.000,00
	para demaniento compieto mae e bebe	i tao na	2020	55.555,00



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 71 DE 74

10.2 Laboratórios, Salas de Aula e Salas Especiais

Ano	Descrição	Atual	Previsão	Custo estimad
	,			0
1	Sala de aula	Existente	-	-
	Laboratório de práticas	Existente	-	-
	Sala de aula	Existente	-	-
2	Laboratório de práticas	Existente	-	-
3	Sala de aula	Existente	-	-
	Sala de aula	Não há	Construção	A decidir
4				pela UEPG
	Laboratório de práticas	Existente	-	-
			Construção	A decidir
5	Sala de aula	Não há		pela
				UEPG

10.3 Biblioteca

A nova grade curricular será por semestres e está constituída por 46 disciplinas obrigatórias, destas 3 são de estágio supervisionado, 2 de OTCC e 3 apesar de semestralizado terão uma continuidade no ano. Portanto, se cada uma solicitar um título, multiplicando por 5 exemplares a um custo médio de R\$100,00 cada título, teria um custo estimado de R\$ 20.000,00 em cinco anos de curso para atualização e reposição do acervo da biblioteca. Este recurso não inviabiliza o início de novo PPC, mas qualifica o acervo da biblioteca com obras importantes e fundamentais para o bom andamento do curso. A presença destas obras na biblioteca são itens considerados em avaliações do curso.

Ademais, é importante considerar que a Biblioteca da UEPG disponibiliza acesso ao acervo pela internet para consulta às bases existentes na Biblioteca Central, consulta de livros, periódicos, teses, dissertações e outros. Além disso, a Biblioteca Central possui a assinatura do The Scientific & Technical Information Network (SNT Internacional), banco de dados de caráter internacional, que proporciona acesso a 199 bases de dados na área de ciência e tecnologia.

Destaca-se ainda que a UEPG, disponibiliza acesso à base de dados, diretório eletrônico de revistas em ciência e tecnologia, solicitação automatizada de cópias de documentos e informativos eletrônicos, os quais são oferecidos por meio de serviços especializados no país e no exterior, o que qualifica a formação baseada em evidências.

11 ACESSIBILIDADE

O curso é ofertado no Bloco M onde todos os andares possuem acesso por rampa e um elevador e banheiros adaptados. Não existem equipamentos e livros adaptados para cegos, comunicação visual para surdos, carteiras, cadeiras e bancadas adaptadas, etc. Contudo, a partir da existência de demandas específicas busca-se junto à administração da Universidade, através da PRAE soluções para viabilizar condições e/ou equipamentos necessários. Há também a possibilidade de bolsas de tutoria para estudantes acompanharem outros estudantes que necessitem.



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 72 DE 74

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1. Disciplinas Teórico práticas

As disciplinas de atividades práticas terão cargas horárias flexibilizadas conforme demanda de cada disciplina para atender ao escopo de formação.

12.2. EAD possibilidades

As disciplinas do curso poderão ter parte da carga horária ofertada em modalidade à distância, desde que aprovado no Colegiado de Curso de Enfermagem ou já elencadas nas ementas, desde que respeitem o limite máximo de 20% da carga horária total do curso.

12.3. Disciplinas Diversificadas e de Aprofundamento

Alunos de outros cursos poderão cursar estas disciplinas se requererem a matrícula e for aprovado pelo colegiado.

12.4. Disciplinas teórico prático e extensão

Todas as disciplinas com envolvimento de práticas extensionistas e com prática devem ter termo de compromisso segurado, frente aos riscos inerentes à prática e aos campos de extensão e práticas em serviço.

13. ANEXOS

ANEXO I – Relatório de Autoavaliação Do Curso De Enfermagem

ANEXO II - Declaração de aceite dos Departamentos para cada disciplina da nova matriz curricular separados por ano do Curso

ANEXO III – Ata de aprovação dos departamentos

ANEXO IV – Ata de aprovação do novo PPC pelo Colegiado de Curso e NDE da Enfermagem

ANEXO V – Regulamento do Estágio – Curso de Enfermagem

ANEXO VI – Manual de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC)

ANEXO VII Tabela de equivalência das disciplinas

ANEXO VIII - Fluxograma do Curso

Ponta Grossa, 03/02/2023

COORDENADORA DO CURSO



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 73 DE 74

FLUXOGRAMA DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

			Biologia Tecidual e do		Fundamentos do Cuidado	Enfermagem como
1ª Série*	Bioquímica 4	Anatomia 5	Desenvolvimento 5	Inglês Instrumental	de Enfermagem I	Prática Social
901* 26 *Não contabilizando CH	103 68	303 85	308 85	510 51	309 68	309 Ext. 6
de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento	Educação, Saúde e Extensão	Sociologia Aplicada à Enfermagem	Genética	Fundamentos do Cuidado de Enfermagem II	Raciocínio Clínico	Ética e Bioética Segurança do Paciente
	501 51 3 Ext. 51	501 85 Ext.10 5	308 68 4	309 68 Ext. 34 4	309 51 Ext. 6 3	309 68 4
	Metodologia do Trabalho Científico	Práticas Extensionista I	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento*			
	309 51 3	309 51 Ext. 51 3	51			
			*Poderá ser ofertada em diferentes semestres.			
2ª Série	Fisiologia Humana e Biofísica I	Imunologia	Diretrizes para o Cuidado em Saúde	Patologia	Processo de Enfermagem	Semiologia e Semiotécnica I
867* 26	303 51 3	305 51 3	309 68 4 Ext. 17	303 68 4	309 68 4	309 85 5
*Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento	Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde e Resistência Microbiana	Fisiologia Humana e Biofísica II	Farmacologia	Microbiologia	Semiologia e Semiotécnica II	Parasitologia Humana
	309 Ext. 17	303 68 4	301 119 7	308 51 3	309 68 Ext. 34 4	303 68 4
	Práticas Extensionistas II 309 51 Ext. 51 3	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento*				
		*Poderá ser ofertada em diferentes semestres				
						A + *
3ª Série	Gerenciamento do Uso de Antimicrobiano	Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica	Enfermagem em Saúde do Adulto	Enfermagem em Saúde do Idoso	Estudos de Eventos em Saúde I	
3ª Série 765* 23 22					Saúde I	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento*
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de	Antimicrobiano 51 3	Enfermagem Psiquiátrica 85 5	do Adulto 136 8	do Idoso 51 3	Saúde I	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento*
765* 23 22 *Não contabilizando CH	309	Enfermagem Psiquiátrica 85 5	do Adulto 136 8	do Idoso 309 51 3 Ext. 17	Saúde I	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou	### Antimicrobiano 309	Enfermagem Psiquiátrica 309 85 5 Ext. 17 Enfermagem Perioperatória e Central de Materiais e	309 136 8 Ext. 17	do Idoso 309 51 3 Ext. 17	Saúde I 309 68 4 Enfermagem em Emergência	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou	Antimicrobiano	Enfermagem Psiquiátrica 309 85 5 Ext. 17 Enfermagem Perioperatória e Central de Materiais e Esterilização	do Adulto 309 136 8 Ext. 17 Metodologia da Pesquisa	do Idoso 309 51 3 Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem na Saúde Neonatal, criança e	Saúde I 309 68 4 Enfermagem em Emergência 309 68 4 Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III 309 51 3
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento	Section Antimicrobiano 309	Enfermagem Psiquiátrica 309	do Adulto 309	do Idoso	Saúde I 309 68 4 Enfermagem em Emergência 309 68 4 Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC I)	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III 309 51 Ext. 51 3
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento 43 Série 697* 17	Section Antimicrobiano 309	Enfermagem Psiquiátrica	Metodologia da Pesquisa 309 51 3 Enfermagem na Saúde da mulher I	Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem na Saúde Neonatal, criança e adolescente I	Saúde I 309 68 4 Enfermagem em Emergência 309 68 4 Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC I)	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III 309 51
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento 4ª Série 49 17 24 *Não contabilizando CH de Disciplina de	Section Antimicrobiano 309	Enfermagem Psiquiátrica 85 5 Ext. 17	Metodologia da Pesquisa 309 51 3 309 51 3 309 68 4 4 4 4 4 4 4 4 4	Section supervisionards Column Co	Saúde	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III 309 51 Ext. 51 Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento 4ª Série 697* 24 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Diversificação ou	Studos de eventos em saúde II	Enfermagem Psiquiátrica 85 5 Ext. 17	Metodologia da Pesquisa 309 51 3 Enfermagem na Saúde da mulher I 309 68 4 Orientação de Trabalho	do Idoso 309 51 3 Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem na Saúde Neonatal, criança e adolescente I 309 85 5	Saúde I 309 68 4 Enfermagem em Emergência 309 68 4 Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC I) 309 17 1	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III 309 51 Ext. 51 Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento 4ª Série 697* 17 24 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento	Section Sect	Enfermagem Psiquiátrica 309	Metodologia da Pesquisa 309 51 3 309 51 3 309 68 4	Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem na Saúde Neonatal, criança e adolescente I 309 85 5	Saúde I 309 68 4 Enfermagem em Emergência 309 68 4 Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC I) 309 17 1	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III 309 51 Ext. 51 Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em
765* 23 22 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Aprofundamento 4ª Série 697* 24 *Não contabilizando CH de Disciplina de Diversificação ou Diversificação ou	Section Sect	Enfermagem Psiquiátrica 309	Metodologia da Pesquisa 309 51 3 309 51 3 309 68 4	Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem em Cuidados Intensivos 309 51 3 Enfermagem na Saúde Neonatal, criança e adolescente I 309 85 5	Saúde I 309 68 4 Enfermagem em Emergência 309 68 4 Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC I) 309 17 1	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em diferentes semestres Práticas Extensionistas III 309 51 Ext. 51 Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento* 51 *Poderá ser ofertada em



ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE № 2023.12

FL. 74 DE 74

Disciplinas
Diversificação ou
Aprofundamento*
204

*Poderão ser ofertadas em diferentes séries e semestres. Ainda, o aluno poderá cursar mais de uma disciplina, por série, conforme critérios PPC.

Suporte Básico de Vida		
309	51	1 à 4 série

Análise de Dados de Pesquisa em Enfermagem		
309	51	1 à 4 série

Carreira,				
Empreendedorismo e				
Mercado de trabalho em				
309	51	1 à 4 série		

Tópicos Especiais em Saúde do Idoso		
309	51	1 à 4 série

Desenvolvimento dos Sistemas Corporais		
308	51	1 à 4 série

Biologia Celular e Molecular		
308	51	1 à 4 série

Sexualidade Humana e Educação		
51	1 à 4 série	
	cação	

ı	Libras	
510	51	1 à 4 série

Educação, Comunicação e Tecnologias		
509	51	3 série

Gerenciamento de Feridas pelo Enfermeiro		
309	51	2 à 4 série

Interpretação de Exames Laboratoriais		
305	51	2 à 4 série

Estética e	m Enfern	nagem
301	51	2 à 4 série

Psiquiátrica		
309	51	3 à 4 série
Disciplinas Form. Espec. Profissional		

309	51	3 à 4 série
Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento		

Enfermagem Forense

Animais Peçonhentos e Venenosos de Importância				
	Médica			
303	51	3 à 4 série		
Estágio Curricular				

1445

Extensão como Componente
Curricular
491

Atividades Acadêmico- Científico-Culturais	•
210	

TOTAL
TOTAL

Disciplinas Formação Básica		
908*		
*Descontado a CH de extensão		

Disciplinas Form. Espec. Profissional		
1542*		
*Descontado a CH de extensão		

Nome da Disciplina

a Série	
СН	CH-1°s
OH	

CH-2°s

204

COD. CH CH-1%

Ext. CH CH-2%